



Estatísticas do Emprego

3º Trimestre

2009

turismo
taxa de actividade
saúde
hotelaria
população desempregada
ambiente
população activa
indústria
serviços
transportes
taxa de desemprego
têxteis
comércio
agricultura
construção



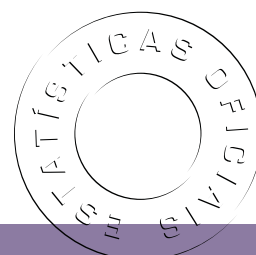
Boletins e Folhas de Informação Rápida



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Estatísticas do Emprego

3º Trimestre 2009



Boletins e Folhas de Informação Rápida

FICHA TÉCNICA

Em Abril de 1996 o Fundo Monetário Internacional (FMI) criou o 'Special Data Dissemination Standard' (SDDS) visando reforçar a transparência, integridade, actualidade e qualidade da informação estatística. No âmbito do SDDS é disponibilizada informação sobre: dados macroeconómicos, política de divulgação ao público, política de revisões e metodologias subjacentes à preparação da informação estatística.

Portugal aderiu ao SDDS em Outubro de 1998, podendo ser consultada a informação referente ao nosso país no 'Dissemination Standard Bulletin Board' do FMI, acessível na Internet – <http://dsbb.imf.org>

Em articulação com o calendário de divulgação estabelecido no SDDS, igualmente disponível no referido endereço da Internet, o Instituto Nacional de Estatística publica, em primeira mão, na Internet - www.ine.pt as relevantes estatísticas sobre Contas Nacionais Trimestrais, Índice de Produção Industrial, Inquérito ao Emprego, Índice de Custo do Trabalho, Índice de Preços no Consumidor, Índice de Preços na Produção Industrial, Comércio Internacional e Estimativas da População Residente.

A informação estatística abrangida pelo SDDS relativa a Portugal é compilada pelo Ministério das Finanças, pelo Instituto Nacional de Estatística, pela Bolsa de Valores de Lisboa e pelo Banco de Portugal.

Título

Estatísticas do Emprego 2009

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-7570

Depósito Legal nº 77257/94

Periodicidade Trimestral

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



Apoio ao cliente

808 201 808

ESTATÍSTICAS DO EMPREGO – 3º TRIMESTRE DE 2009

ÍNDICE

Resumo – <i>Abstract</i>	2
Nota introdutória.....	3
Sinais convencionais, símbolos, siglas, abreviaturas e esclarecimentos aos utilizadores	4
1. Análise dos resultados	5
1.1. População activa.....	5
1.2. População empregada.....	5
1.3. População desempregada	7
1.4. População inactiva.....	9
1.5. Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho.....	10
1.6. Regiões NUTS II.....	11
2. Quadros de resultados	13
3. Notas metodológicas.....	28
4. Conceitos	31
5. Outra informação disponível.....	34
6. Tema em análise: <i>A história das estatísticas do trabalho em Portugal – O papel do Inquérito ao Emprego</i>	36
Lista dos “Tema em análise” já publicados nas <i>Estatísticas do Emprego</i>	46

RESUMO – ABSTRACT

De acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 3º trimestre de 2009, a população activa em Portugal diminuiu 1,1%, face ao trimestre homólogo de 2008 (correspondendo a 64,2 mil indivíduos), e 0,3%, face ao trimestre anterior (18,6 mil). Para o decréscimo homólogo são de destacar os seguintes resultados: a diminuição no número de activos do sexo masculino (53,1 mil indivíduos), dos 15 aos 34 anos (76,1 mil) e com 65 e mais anos (4,8 mil) e com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico (159,7 mil). A taxa de actividade da população em idade activa (15 e mais anos) foi de 61,7%.

A população empregada diminuiu 3,4% (correspondendo a 178,3 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2008, e 1,2% (58,7 mil), face ao trimestre anterior. Para a evolução homóloga referida contribuíram essencialmente os seguintes resultados: a diminuição no número de empregados do sexo masculino (127,0 mil), dos 15 aos 34 anos (107,2 mil), com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico (250,5 mil), a trabalhar no sector da indústria, construção, energia e água (106,5 mil), por conta de outrem (104,2 mil) e a tempo completo (125,2 mil). A taxa de emprego da população em idade activa (15 e mais anos) fixou-se nos 55,6%.

No 3º trimestre de 2009, o número de desempregados ascendeu a 547,7 milhares de indivíduos. A população desempregada aumentou 26,3% (114,0 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2008, e 7,9% (40,0 mil), face ao trimestre anterior. Para o acréscimo homólogo do desemprego contribuíram essencialmente os seguintes resultados: o aumento no número de desempregados do sexo masculino (73,9 mil), com 45 e mais anos (46,9 mil) e dos 35 aos 44 anos (36,0 mil), com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico (90,8 mil), à procura de novo emprego (124,0 mil), cujo ramo da última actividade pertencia à indústria, construção, energia e água (67,2 mil), e à procura de emprego há menos de um ano (74,7 mil). A taxa de desemprego foi de 9,8%, tendo aumentado 2,1 pontos percentuais (p.p.), face ao trimestre homólogo de 2008, e 0,7 p.p., face ao trimestre anterior.

A população inactiva com 15 e mais anos aumentou 2,7%, face ao trimestre homólogo de 2008 (abrangendo 89,9 mil indivíduos), e 0,8%, face ao trimestre anterior (27,1 mil). A taxa de inactividade (15 e mais anos) foi de 38,3%.

According to the Labour Force Survey results for the 3rd quarter of 2009, the labour force in Portugal decreased by 1.1%, when compared with the 3rd quarter of 2008 (corresponding to 64.2 thousand individuals), and by 0.3%, when compared with the previous one (18.6 thousand). For the former decrease, the following results should be highlighted: the decrease in the number of the active men (53.1 thousand individuals), aged 15 to 34 years old (76.1 thousand) and 65 years old and over (4.8 thousand), and who completed the first or the second stages of basic education (159.7 thousand). The working age participation rate (15 years old and over) was 61.7%.

In the 3rd quarter of 2009, the number of people employed decreased by 3.4% (corresponding to 178.3 thousand individuals), when compared with the 3rd quarter of 2008, and by 1.2% (58.7 thousand), when compared with the previous quarter. Concerning the former decrease, the following results should be highlighted: the decrease in the number of men employed (127.0 thousand), from 15 to 34 years old (107.2 thousand), who completed the first or the second stages of basic education (250.5 thousand), who were working in the mining and quarrying, manufacturing, electricity, gas and water supply, and construction sector (106.5 thousand), as employee (104.2 thousand), and working full-time (125.2 thousand). The working age employment rate (15 years old and over) was 55.6%.

In the 3rd quarter of 2009, the unemployment level was 547.7 thousand individuals. The number of unemployed people increased by 26.3% (114.0 thousand), when compared with the 3rd quarter of 2008, and by 7.9% (40.0 thousand), when compared with the previous one. The following results contributed most for the former increase: the increase in the number of men (73.9 thousand), from 45 years old and over (46.9 thousand) and from 35 to 44 years old (36.0 thousand), who completed the first or second stages of basic education (90.8 thousand), who were searching for a new job (124.0 thousand), coming from the mining and quarrying, manufacturing, electricity, gas and water supply, and construction sector (67.2 thousand), and searching for a job for less than one year (74.7 thousand). The unemployment rate was 9.8%, up 2.1 percentage points (p.p.) from the same quarter of 2008, and 0.7 p.p. from the previous quarter.

In the 3rd quarter of 2009, the inactive population of 15 years old and over increased by 2.7%, when compared with the same quarter of 2008 (89.9 thousand individuals), and 0.8%, when compared with the previous one (27.1 thousand). The working age economic inactivity rate was 38.3%.

NOTA INTRODUTÓRIA

Nesta publicação estão reunidas as principais estimativas obtidas a partir do Inquérito ao Emprego realizado durante o 3º trimestre de 2009. Os dados foram calibrados, tendo por referência as estimativas independentes da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001.

O Instituto Nacional de Estatística expressa os seus agradecimentos a todos quantos permitiram a elaboração da presente publicação, nomeadamente às famílias que responderam ao inquérito. Igualmente se agradecem, antecipadamente, quaisquer críticas e sugestões que permitam melhorar futuras edições.

17 de Novembro de 2009

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E ABREVIATURAS

Sinais convencionais

Siglas e abreviaturas

o	Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada	CAE-Rev. 3	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3
x	Dado não disponível	CNP-94	Classificação Nacional das Profissões, Versão 1994
*	Dado rectificado	C.V.	Coeficiente de variação
%	Percentagem	H	Homens
-	Resultado nulo	HM	Homens e mulheres
		M	Mulheres
		NS/NR	Não sabe / Não responde
		NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
		Nº	Número
		T	Trimestre
		p.p.	Pontos percentuais
		Unid.	Unidade

ESCLARECIMENTOS AOS UTILIZADORES

Notas gerais:

- Por razões de arredondamento, os totais dos quadros do capítulo 2 podem não corresponder à soma das parcelas.
- Os quadros apresentados no capítulo 2 encontram-se disponíveis, em formato Excel e CSV, em: http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (seleccionando Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2009). No 4º trimestre de cada ano, são também disponibilizados quadros contendo informação relativa aos últimos anos.

Unidade Orgânica responsável pela realização desta publicação:

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais – Serviço de Estatísticas do Mercado de Trabalho

1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

1.1. População activa

(Quadros 2 e 3)

Homens, dos 15 aos 34 anos e com nível de escolaridade até ao básico – 3º ciclo foram os que mais contribuíram para o decréscimo homólogo da população activa no 3º trimestre de 2009

A população activa em Portugal, no 3º trimestre de 2009, estimada em 5 565,3 mil indivíduos, diminuiu 1,1%, face ao trimestre homólogo de 2008 (abrangendo 64,2 mil indivíduos), e 0,3%, face ao trimestre anterior (18,6 mil).

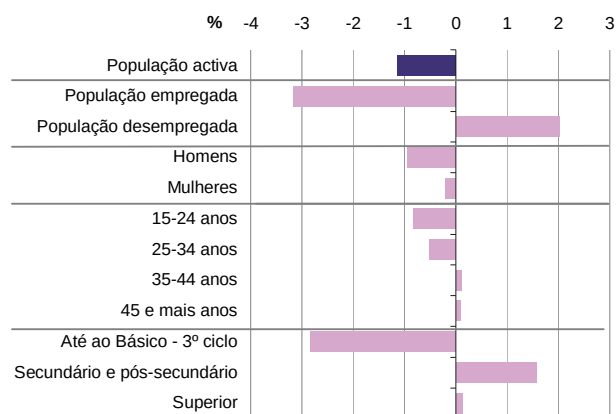
No Gráfico 1, apresenta-se a decomposição do decréscimo homólogo da população activa nas suas várias componentes: população empregada e desempregada, sexo, quatro grupos etários e três níveis de escolaridade completos. A sua leitura¹ permite obter uma percepção imediata da parte que cada componente representa naquele decréscimo, uma vez que a soma dos contributos das componentes de cada um dos grupos populacionais iguala a variação homóloga da população activa (representada pela barra de cor mais escura). Por exemplo, a população empregada diminuiu 178,3 mil indivíduos e a desempregada aumentou 114,0 mil indivíduos, explicando a diminuição na população activa de 64,2 mil indivíduos. Destes valores decorre que a taxa de variação homóloga da população activa (-1,1%) pode ser obtida pela soma dos dois contributos seguintes – a diminuição da população empregada (cujo contributo foi de -3,2 pontos percentuais, p.p.) e o aumento da população desempregada (cujo contributo foi de 2,0 p.p.) – independentemente da taxa de variação homóloga que cada um destes grupos populacionais tenha registado.

Numa análise por sexo, o decréscimo homólogo da oferta de mão-de-obra foi explicado essencialmente pela diminuição de homens activos (53,1 mil indivíduos). O número de mulheres activas também diminuiu (11,2 mil), embora o seu contributo para a redução global da população activa tenha sido bastante menor.

Por grupo etário, verifica-se que, face ao trimestre homólogo de 2008, o decréscimo da população activa foi explicado pela diminuição da população activa dos 15 aos 34 anos e com 65 e mais anos, tendo a população activa jovem (15 a 24 anos) registado a maior diminuição (de 9,2%, abrangendo 46,7 mil indivíduos). Pelo contrário, a população activa dos grupos etários dos 35 aos 44 anos e dos 45 aos 64 anos registou um acréscimo homólogo de 0,5% (correspondendo a 6,5 mil indivíduos) e 0,5% (10,1 mil), respectivamente.

O número de activos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico diminuiu, face ao trimestre homólogo de 2008, 4,1% (159,7 mil indivíduos). Por seu turno, o número daqueles que possuem uma qualificação correspondente ao ensino secundário e pós-secundário e ao ensino superior aumentou 10,1% (88,1 mil) e 0,9% (7,4 mil), respectivamente.

Gráfico 1: Contributos para a taxa de variação homóloga da população activa no 3º trimestre de 2009



A taxa de actividade da população em idade activa (15 e mais anos) foi de 61,7%, no 3º trimestre de 2009. Este valor é inferior ao registado no trimestre homólogo de 2008, em 0,8 p.p., e ao observado no trimestre anterior, em 0,2 p.p..

A taxa de actividade dos homens em idade activa (67,9%) excedeu a das mulheres (55,9%) em 12,0 p.p.. A taxa de actividade dos jovens (15 a 24 anos), que ascendeu a 39,0% no 3º trimestre de 2009, corresponde a menos de metade das taxas dos dois grupos etários seguintes: 25 a 34 anos e 35 a 44 anos (cujas taxas se situaram em 89,3%).

1.2. População empregada

(Quadros 4 a 8)

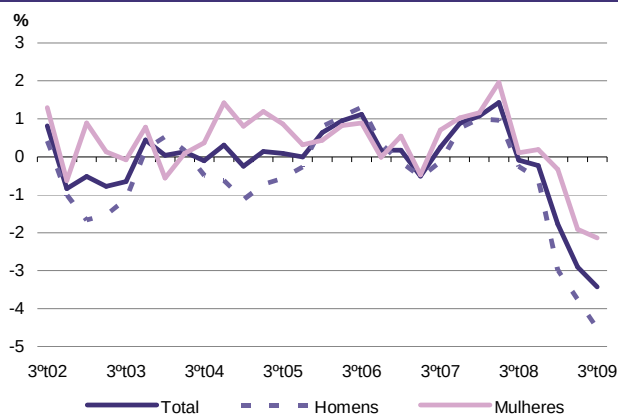
Homens, dos 15 aos 34 anos, com nível de escolaridade básico, empregados na indústria e construção, a trabalhar por conta de outrem com contrato sem termo e a tempo completo foram os que mais contribuíram para o decréscimo homólogo da população empregada no 3º trimestre de 2009

A população empregada, estimada em 5 017,5 mil indivíduos no 3º trimestre de 2009, registou um decréscimo homólogo de 3,4% (178,3 mil indivíduos) e

¹ Consultar o capítulo 4. Conceitos.

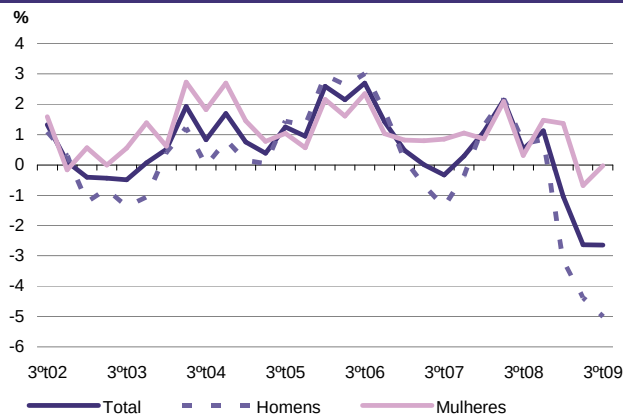
trimestral de 1,2% (58,7 mil). O número de homens empregados diminuiu 4,5%, face ao trimestre homólogo (127,0 mil indivíduos), e o de mulheres diminuiu 2,1% (51,3 mil). Face ao trimestre anterior, o emprego de homens diminuiu 1,4% (36,9 mil) e o de mulheres diminuiu 0,9% (21,8 mil).

Gráfico 2: Taxa de variação homóloga da população empregada por sexo



A população empregada por conta de outrem em Portugal era de 3 837,8 mil indivíduos no 3º trimestre de 2009, o que corresponde a 76,5% da população empregada total.

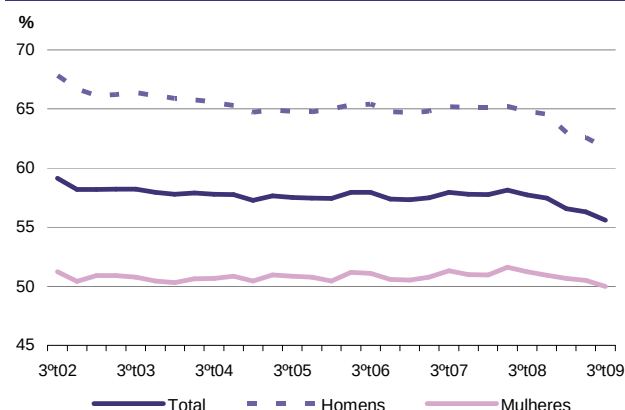
Gráfico 3: Taxa de variação homóloga da população empregada por conta de outrem por sexo



Face ao trimestre homólogo de 2008, assistiu-se a um decréscimo no número de trabalhadores por conta de outrem de 2,6% (correspondendo a 104,2 mil indivíduos). Face ao trimestre anterior, o decréscimo foi de 0,9% (35,8 mil). Face ao trimestre homólogo, a redução na população empregada por conta de outrem ocorreu apenas para os homens (-5,0%, abrangendo 103,9 mil indivíduos). O número de mulheres empregadas por conta de outrem, pelo contrário, permaneceu praticamente inalterado. O decréscimo trimestral da população empregada por conta de outrem foi observado para ambos os sexos, tendo diminuído 1,5% (30,1 mil) para os homens e 0,3% para as mulheres (5,8 mil).

A taxa de emprego (15 e mais anos) situou-se em 55,6% no 3º trimestre de 2009. Este valor foi inferior ao do trimestre homólogo de 2008, em 2,1 p.p., e ao do trimestre anterior, em 0,7 p.p.. Também a este nível, existe uma discrepância entre as taxas de emprego específicas de cada sexo: a taxa de emprego dos homens (61,7%), no trimestre em análise, excedeu a das mulheres (50,0%) em 11,7 p.p..

Gráfico 4: Taxa de emprego por sexo



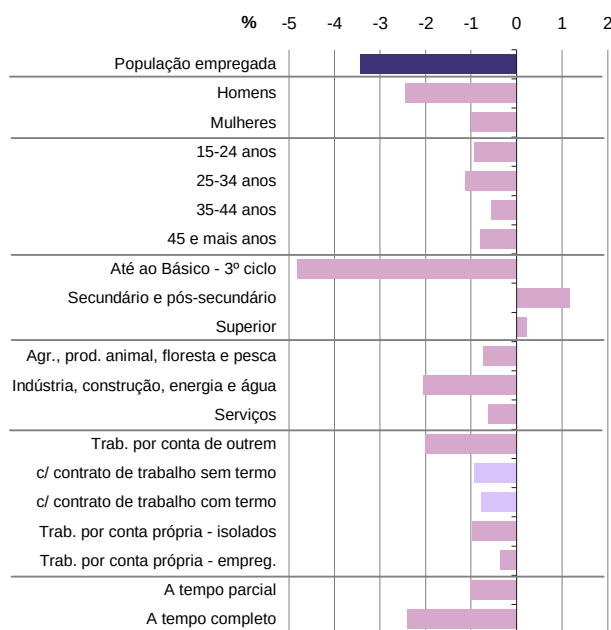
Para a evolução homóloga da população empregada contribuíram essencialmente as seguintes componentes (Gráfico 5):

- População empregada de homens, que diminuiu 4,5% (127,0 mil indivíduos), explicando 71,2% do decréscimo total na população empregada.
- População empregada dos 25 aos 34 anos e dos 15 aos 24 anos, que diminuiu 4,4% (58,9 mil indivíduos) e 11,4% (48,3 mil), respectivamente. A população empregada dos 45 aos 64 anos, dos 35 aos 44 anos e dos 65 e mais anos diminuiu menos (abrangendo 36,1 mil, 29,4 mil e 5,5 mil indivíduos, respectivamente).
- População empregada cujo nível de escolaridade completo correspondia, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico, cujo decréscimo foi de 6,9% e abrangeu 250,5 mil indivíduos. A população empregada com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário e ao ensino superior, pelo contrário aumentou 7,5% e 1,5% (60,5 mil e 11,7 mil), respectivamente.
- População empregada na indústria, construção, energia e água, que diminuiu 7,0% (106,5 mil indivíduos). Neste sector, a maior parte do decréscimo do emprego (52,7%) foi explicado pelo decréscimo que ocorreu na população empregada na construção, que abrangeu 56,1 mil indivíduos. No sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca o emprego diminuiu 3,8% (22,2 mil) e no sector dos serviços o emprego diminuiu 1,6% (49,6 mil), destacando-se os decréscimos da população

empregada nas actividades de alojamento, restauração e similares (11,1%; 36,3 mil), nas actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (12,5%; 22,8 mil) e outros serviços (7,6%; 20,2 mil).

- Trabalhadores em todas as situações na profissão, sobretudo por conta de outrem e com contrato de trabalho com termo. O número de trabalhadores por conta de outrem diminuiu 2,6% (104,2 mil indivíduos) e o número de trabalhadores por conta própria diminuiu 5,7% (68,4 mil). O número de empregados por conta de outrem com um contrato sem termo diminuiu 1,6% (49,2 mil), o número de indivíduos com contrato com termo diminuiu 5,6% (40,9 mil) e o de indivíduos noutras situações contratuais diminuiu 8,2% (14,1 mil).
- Trabalhadores a tempo completo, cujo número diminuiu 2,7% (125,2 mil indivíduos), o que explica 70,2% da redução global do emprego. A redução no número de trabalhadores a tempo completo e no número de trabalhadores a tempo parcial ocorreu para ambos os sexos.

Gráfico 5: Contributos para a taxa de variação homóloga da população empregada no 3º trimestre de 2009



O número de indivíduos a trabalhar involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho, que se designa por subemprego visível, aumentou 4,7%, face ao trimestre homólogo de 2008, e 5,1%, face ao trimestre anterior. Estas variações envolveram 3,0 mil e 3,2 mil indivíduos, respectivamente.

O subemprego visível aumentou para ambos os sexos, quer face ao trimestre homólogo, quer face ao anterior. O subemprego visível, correspondente a 66,5 mil indivíduos no 3º trimestre de 2009, era composto essencialmente por mulheres (59,7%).

1.3. População desempregada

(Quadros 9 a 13)

No 3º trimestre de 2009, o acréscimo homólogo do desemprego abrangeu sobretudo os homens, os indivíduos com 45 e mais anos, os indivíduos com nível de escolaridade correspondente ao ensino obrigatório, à procura de novo emprego, sobretudo os provenientes da indústria, construção, energia e água, e à procura de emprego há menos de um ano

A população desempregada em Portugal, estimada em 547,7 mil indivíduos no 3º trimestre de 2009, verificou um acréscimo homólogo de 26,3% (114,0 mil indivíduos) e trimestral de 7,9% (40,0 mil).

Gráfico 6: Taxa de variação homóloga da população desempregada por sexo

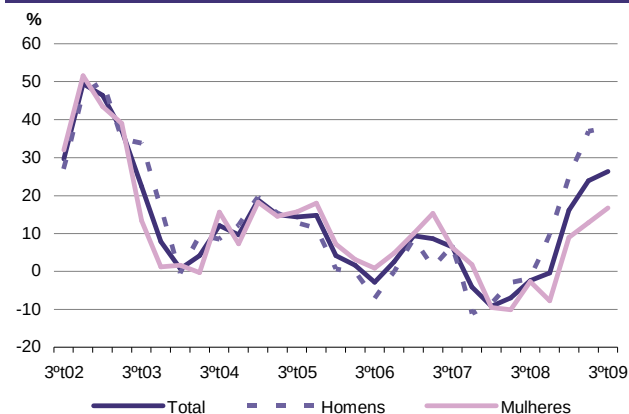
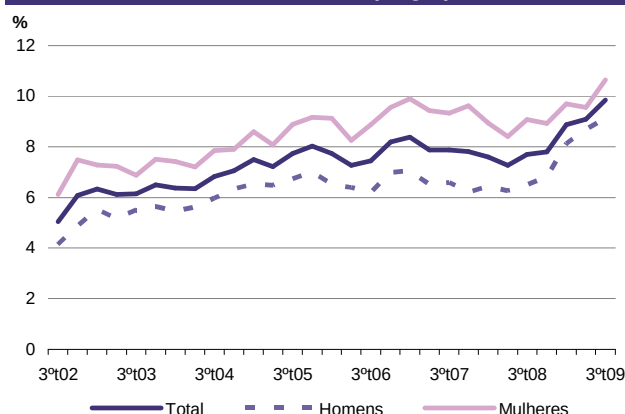


Gráfico 7: Taxa de desemprego por sexo

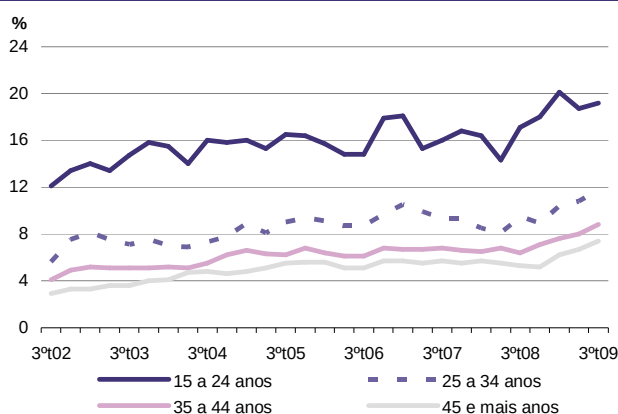


A taxa de desemprego foi de 9,8%, no 3º trimestre de 2009, traduzindo um acréscimo de 2,1 p.p., face ao trimestre homólogo de 2008, e de 0,7 p.p., face ao trimestre anterior. A taxa de desemprego dos homens (9,1%), no trimestre em análise, foi inferior à das mulheres (10,6%) em 1,5 p.p.. Esta discrepância tem-se verificado desde o início da série actual do Inquérito ao Emprego, tendo diminuído neste trimestre. A taxa de desemprego dos homens aumentou, quer face ao trimestre homólogo

de 2008, quer face ao anterior (2,6 p.p. e 0,4 p.p., respectivamente), tal como a taxa de desemprego das mulheres (1,5 p.p. e 1,1 p.p., respectivamente).

A taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos) foi de 19,2%, valor superior ao observado no trimestre homólogo de 2008, em 2,1 p.p. e ao observado no trimestre anterior, em 0,5 p.p.. Aquela taxa é quase o dobro da taxa de desemprego global. O número de desempregados jovens representava 16,2% do total de desempregados, percentagem inferior à do trimestre anterior (17,1%) e à do trimestre homólogo de 2008 (20,1%).

Gráfico 8: Taxa de desemprego por grupo etário



A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico foi de 10,3% no 3º trimestre de 2009, valor superior ao observado para os indivíduos com ensino secundário e pós-secundário (9,8%) e ao observado para os indivíduos com nível de ensino superior (7,7%). A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade básico aumentou 2,7 p.p., face ao trimestre homólogo de 2008, e 0,6 p.p., face ao trimestre anterior. A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário aumentou 2,2 p.p., face ao trimestre homólogo, e 0,1 p.p., face ao anterior. A taxa de desemprego dos indivíduos com ensino superior diminuiu 0,5 p.p., face ao trimestre homólogo, e aumentou 1,8 p.p., face ao anterior.

O número de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses – desemprego de longa duração – aumentou 18,5%, face ao trimestre homólogo do ano anterior (39,6 mil indivíduos), e 7,7% face ao trimestre anterior (18,2 mil). O número de desempregados à procura de emprego há menos de um ano aumentou 34,6% face ao trimestre homólogo (74,7 mil) e 6,9% face ao anterior (18,8 mil).

A taxa de desemprego de longa duração (medida pela razão entre o número de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses e a população activa) registou um valor de 4,6%, no 3º trimestre de 2009. A proporção de desempregados à procura de emprego há

12 e mais meses no total dos desempregados foi estimada em 46,3%.

Gráfico 9: Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo

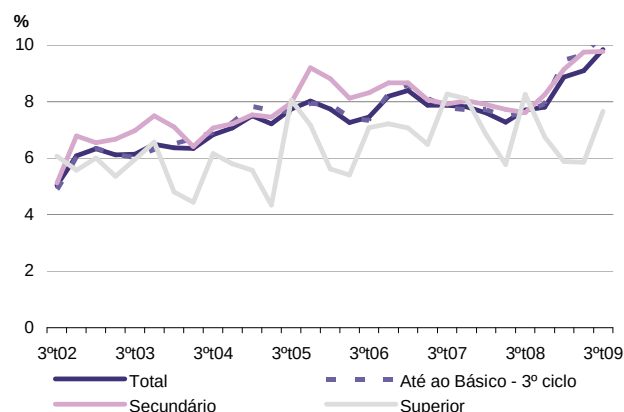


Gráfico 10: Proporção de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses



O aumento homólogo do desemprego fez-se sentir em todas as classes de duração da procura de emprego, com maior expressão nas classes de “7 a 11 meses”, onde o desemprego aumentou 89,8% (51,7 mil indivíduos), e de “25 e mais meses”, onde o desemprego aumentou 23,1% (27,0 mil indivíduos).

De forma resumida, pode concluir-se que para a variação homóloga da população desempregada contribuíram essencialmente as variações nos seguintes agregados (Gráfico 11):

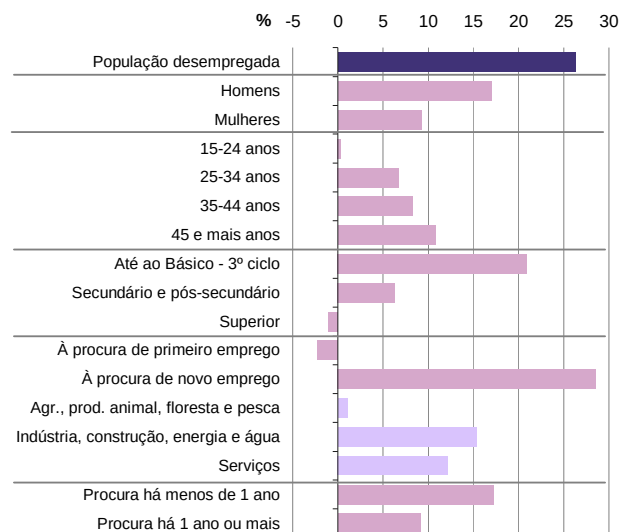
- Desemprego de homens, que aumentou 38,2% (73,9 mil indivíduos). O desemprego de mulheres também aumentou, embora o seu contributo para o aumento global do desemprego tenha sido menor (16,7%, abrangendo 40,1 mil indivíduos).
- População desempregada de todos os grupos etários. Em particular, destaca-se o aumento no desemprego dos grupos dos 45 e mais anos, de 39,8% (46,9 mil indivíduos), e dos 35 aos 44 anos, de 39,8% (36,0 mil).

- População desempregada com um nível de escolaridade correspondente, no máximo, ao ensino básico (3º ciclo) e ao ensino secundário e pós-secundário. No caso dos indivíduos com nível de escolaridade correspondente ao ensino básico, o desemprego aumentou 30,4% (90,8 mil). No caso dos indivíduos com ensino secundário e pós-secundário, o desemprego aumentou 41,5% (27,5 mil). Por seu turno, o número de desempregados com um nível de escolaridade correspondente ao ensino superior diminuiu 6,4% (4,4 mil).
- Desempregados à procura de novo emprego, cujo número aumentou 33,4% (124,0 mil indivíduos). O número de desempregados à procura de primeiro emprego diminuiu 16,0% (10,0 mil). O aumento no número de desempregados à procura de novo emprego teve origem essencialmente nos sectores de actividade da indústria, construção, energia e água e dos serviços, embora o aumento no desemprego de indivíduos cuja última actividade pertenceu à indústria, construção, energia e água tivesse sido a mais expressiva (de 44,0%, abrangendo 67,2 mil indivíduos, o que corresponde a 54,2% do aumento no desemprego à procura de novo emprego).
- Desempregados à procura de emprego há menos de um ano, cujo número aumentou 34,6% (74,7 mil indivíduos). O número de desempregados à procura de emprego há um e mais anos aumentou menos (18,5%; 39,6 mil).

Face ao trimestre anterior, a taxa de desemprego aumentou, o que resultou do efeito conjugado da diminuição da população empregada (de 1,2%) e do aumento da população desempregada (de 7,9%), abrangendo 58,7 mil indivíduos, no primeiro caso, e 40,0 mil indivíduos, no segundo.

Face ao trimestre anterior, são de destacar as seguintes evoluções, de natureza idêntica às que foram referidas a propósito da variação homóloga: o número de desempregados aumentou para ambos os sexos, mas sobretudo para as mulheres; o desemprego aumentou em todos os grupos etários, sobretudo no grupo etário dos 45 e mais anos; o número de desempregados aumentou para os indivíduos com qualquer um dos três níveis de escolaridade, mas sobretudo para aqueles que completaram até ao ensino básico (3º ciclo); o número de indivíduos à procura de novo emprego aumentou (neste caso, sobretudo para os indivíduos provenientes do sector dos serviços) mais do que o número de indivíduos à procura de primeiro emprego; o número de indivíduos desempregados à procura de emprego há menos de um ano aumentou, tal como o de desempregados à procura de emprego há um ano ou mais.

Gráfico 11: Contributos para a taxa de variação homóloga da população desempregada no 3º trimestre de 2009



1.4. População inactiva

(Quadro 14)

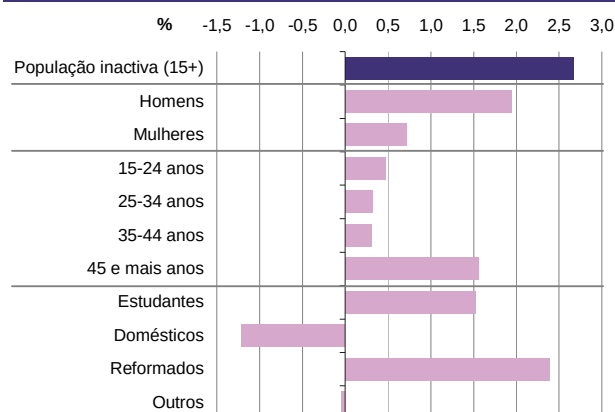
Homens, indivíduos com 45 e mais anos, estudantes e reformados explicam o acréscimo homólogo no número de inactivos com 15 e mais anos, no 3º trimestre de 2009

A população inactiva em Portugal, no 3º trimestre de 2009, era composta por 5 075,7 mil indivíduos, tendo aumentado 1,6% face ao trimestre homólogo de 2008 (80,1 mil indivíduos) e 0,5% face ao trimestre anterior (25,2 mil).

A população inactiva com 15 e mais anos, no 3º trimestre de 2009, era composta por 3 461,7 mil indivíduos (68,2% do total de inactivos), o que se traduziu numa taxa de inactividade de 38,3%.

Face ao 3º trimestre de 2008, a população inactiva com 15 e mais anos aumentou 2,7% (89,9 mil indivíduos). O número de homens inactivos aumentou 5,0% (65,6 mil) e o de mulheres inactivas aumentou 1,2% (24,3 mil). No 3º trimestre de 2009, 59,9% da população inactiva com 15 e mais anos era composta por mulheres.

O número de indivíduos inactivos disponíveis para trabalhar era de 82,7 mil, tendo aumentado 15,0% face ao trimestre homólogo (10,8 mil) e 28,8% (18,5 mil), face ao trimestre anterior. O número de inactivos disponíveis, no trimestre em análise, representava 2,4% da população inactiva com 15 e mais anos e 53,8% eram mulheres.

Gráfico 12: Contributos para a taxa de variação homóloga da população inactiva com 15 e mais anos no 3º trimestre de 2009

O número de inactivos desencorajados foi estimado em 33,8 mil, tendo aumentado 15,4% (4,5 mil indivíduos) face ao trimestre homólogo de 2008 e 28,5% (7,5 mil) face ao anterior. No trimestre em análise, o número de inactivos desencorajados representava 1,0% da população inactiva com 15 e mais anos e 56,2% eram mulheres.

Os aumentos homólogos no número de inactivos disponíveis e no número de inactivos desencorajados foram explicados exclusivamente pelo aumento de homens naquelas situações.

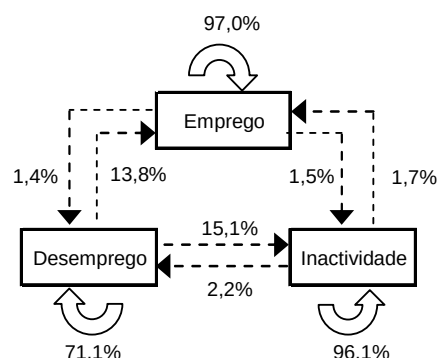
1.5. Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho

Neste capítulo, apresenta-se uma análise dos fluxos de indivíduos com 15 e mais anos, ocorridos entre o 2º trimestre e o 3º trimestre de 2009, entre três estados do mercado de trabalho que correspondem às diferentes condições perante o trabalho: emprego, desemprego e inactividade. Estes fluxos são estimados tendo por referência as respostas dos indivíduos entrevistados naqueles dois trimestres, o que corresponde a utilizar 5/6 da amostra do Inquérito ao Emprego comum nos dois trimestres.

Os valores relativos aos fluxos de indivíduos, ocorridos entre dois quaisquer estados, que são apresentados no diagrama e no Quadro A, correspondem às proporções de indivíduos que inicialmente se encontravam em cada estado, no 2º trimestre de 2009, que transitaram para outro estado, no 3º trimestre de 2009. Assim sendo, em cada linha do quadro está representada a distribuição, no 3º trimestre de 2009, dos indivíduos que se encontravam em cada um dos estados no 2º trimestre de 2009.

Do 2º trimestre para o 3º trimestre de 2009, 1,4% dos indivíduos que estavam inicialmente empregados transitaram para o desemprego e 1,5% transitaram para a inactividade, totalizando 2,9% a proporção de empregados que saíram deste estado no 3º trimestre de

2009 (97,0% permaneceram empregados). Do 1º para o 2º trimestre de 2009, a percentagem dos que saíram do emprego tinha sido menor (2,4%).

Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)**Quadro A: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)**

3ºt2009	Emprego	Desemprego	Inatividade	Total 2ºt2009
2ºt2009				
Total				
Emprego	97,0	1,4	1,5	100
Desemprego	13,8	71,1	15,1	100
Inatividade	1,7	2,2	96,1	100
Total 3ºt2009	55,8	5,7	38,5	100
Homens				
Emprego	97,2	1,5	1,3	100
Desemprego	13,1	72,3	14,5	100
Inatividade	1,8	2,2	96,0	100
Total 3ºt2009	61,8	6,0	32,2	100
Mulheres				
Emprego	96,8	1,3	1,8	100
Desemprego	14,5	69,9	15,7	100
Inatividade	1,7	2,2	96,1	100
Total 3ºt2009	50,3	5,4	44,2	100

As saídas do desemprego entre os dois trimestres foram, em termos relativos, mais intensas do que as saídas do emprego. Do total de indivíduos que se encontravam desempregados no 2º trimestre de 2009, 28,9% saíram dessa situação no trimestre seguinte, sendo que 13,8% se tornaram empregados e 15,1% transitaram para a inactividade. A percentagem dos indivíduos que transitaram do desemprego para o emprego foi menor do que a que tinha sido observada nos fluxos do 1º para o 2º trimestre de 2009 (tinha sido 15,5%), enquanto que a percentagem dos indivíduos que transitaram do desemprego para a inactividade foi maior (tinha sido 11,8%).

Do total de indivíduos com 15 e mais anos que eram considerados inactivos no 2º trimestre de 2009, 1,7% transitaram para o emprego e 2,2% transitaram para o desemprego, no trimestre seguinte. Estas percentagens são superiores às registadas nos fluxos do 1º para o 2º trimestre de 2009 (1,5% e 2,1%, respectivamente).

As mulheres apresentaram, no período em análise, em relação aos homens, maiores taxas de transição do desemprego para o emprego e de entrada na inatividade (com origem no emprego ou no desemprego). Os homens, por seu turno, apresentaram maiores taxas de transição do emprego para o desemprego e da inatividade para o emprego.

Quadro B: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % da população com 15 e mais anos)

	3ºt2009	Emprego	Desemprego	Inatividade	Fluxos de saída
2ºt2009					
Total					
Emprego		54,39	0,81	0,86	1,68
Desemprego		0,78	4,03	0,86	1,64
Inatividade		0,67	0,83	36,75	1,50
Fluxos de entrada		1,45	1,65	1,72	
Homens					
Emprego		60,50	0,96	0,80	1,76
Desemprego		0,78	4,31	0,87	1,65
Inatividade		0,56	0,70	30,52	1,26
Fluxos de entrada		1,35	1,66	1,67	
Mulheres					
Emprego		48,78	0,68	0,92	1,59
Desemprego		0,78	3,79	0,85	1,63
Inatividade		0,76	0,96	42,48	1,72
Fluxos de entrada		1,54	1,64	1,77	

No Quadro B apresentam-se os fluxos trimestrais entre os mesmos estados considerados anteriormente, mas em proporção da população em idade activa (população com 15 e mais anos). A imposição de um denominador comum a todas as transições entre estados permite calcular fluxos líquidos entre estados (entradas menos saídas de cada estado, em percentagem da população em idade activa).

Do 2º trimestre para o 3º trimestre de 2009, os fluxos do emprego para o desemprego representavam 0,81% da população em idade activa, menos do que aquilo que representavam os fluxos do emprego para a inatividade (0,86%), perfazendo um total de 1,68% de saídas do emprego (em percentagem da população em idade activa). As entradas no emprego provenientes do desemprego foram estimadas em 0,78% da população em idade activa e as provenientes da inatividade em 0,67%. Em consequência, entre os dois trimestres assistiu-se a um fluxo líquido negativo do emprego de 0,23%.

A diminuição líquida no emprego foi observada tanto para as mulheres como para os homens, tendo, no entanto, sido estimada em 0,05% para as mulheres e em 0,42% para os homens.

O fluxo líquido do desemprego foi positivo (estimado em 0,01% da população em idade activa), o que resulta do total de entradas (1,65%) ter sido superior ao total das saídas (1,64%). A importância das entradas no desemprego de indivíduos provenientes da inatividade

(0,83% da população em idade activa) foi superior à de indivíduos anteriormente empregados (0,81%). As saídas do desemprego com destino à inatividade (0,86%) foram superiores às que tiveram como destino o desemprego (0,78%).

Do 2º trimestre para o 3º trimestre de 2009, há ainda a assinalar as seguintes diferenças por sexo nos fluxos líquidos dos estados do emprego, do desemprego e da inatividade: o fluxo do emprego é negativo para ambos os sexos, mas mais acentuado para os homens; o fluxo do desemprego é positivo para os homens e nulo para as mulheres; o fluxo da inatividade é positivo para ambos os sexos, mas mais forte para os homens.

1.6. Regiões NUTS II

(Quadros 15 e 16)

No 3º trimestre de 2009, em todas as regiões do país, o desemprego aumentou e o emprego diminuiu, face ao trimestre homólogo de 2008. Os maiores acréscimos no número de desempregados e os maiores decréscimos no número de empregados ocorreram nas regiões Norte e Lisboa.

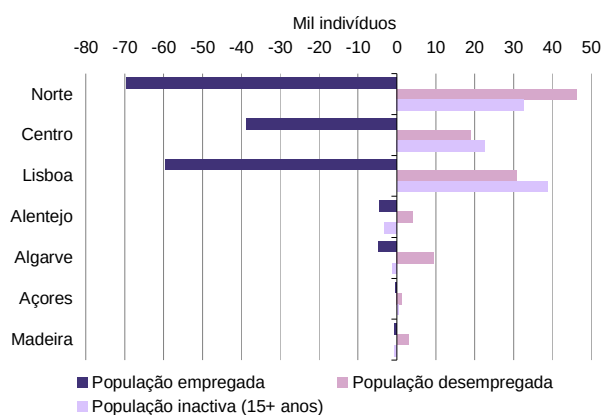
No 3º trimestre de 2009, a população activa residente em Portugal diminuiu 1,1% (64,2 mil indivíduos) face ao trimestre homólogo de 2008.

A diminuição da população activa ocorreu nas regiões NUTS II do Norte, Centro e Lisboa e Alentejo, sendo que os maiores decréscimos absolutos da população activa ocorreram em Lisboa e no Norte (correspondendo a 28,8 mil e a 23,4 mil indivíduos, respectivamente), regiões de residência de 25,5% e 35,2% da população activa do país no 3º trimestre de 2009.

As duas componentes da população activa, emprego e desemprego, evoluíram de forma diferenciada nas sete regiões (Gráfico 13).

Na região Norte, o número de empregados diminuiu 3,9% face ao trimestre homólogo (abrangendo 69,7 mil indivíduos). Ao mesmo tempo, o número de desempregados aumentou 25,7% (46,3 mil). Estas variações foram as que envolveram o maior número de indivíduos de entre as regiões NUTS II do país. A conjugação da evolução daqueles dois agregados determinou o aumento na taxa de desemprego da região, de 9,1%, no 3º trimestre de 2008, para 11,6%, no 3º trimestre de 2009. Esta região apresentava, no 3º trimestre de 2009, a maior taxa de desemprego do país. O número de residentes na região Norte na situação de desemprego, no 3º trimestre de 2009, era de 226,7 mil indivíduos, representando 41,4% do total de desempregados no país, e o de empregados era de 1 732,6 mil indivíduos, o que correspondia a 34,5% da população empregada no país.

Gráfico 13: Variação homóloga da população empregada, desempregada e inactiva com 15 e mais anos por região NUTS II



No 3º trimestre de 2009, a taxa de inactividade aumentou, face ao trimestre homólogo de 2008, nas regiões Norte, Centro e Lisboa, manteve-se inalterada na Região Autónoma dos Açores e diminuiu nas restantes. As maiores taxas de inactividade pertenciam ao Alentejo, a Lisboa, à Região Autónoma dos Açores e ao Algarve (44,2%, 40,4%, 39,9% e 38,6%, respectivamente), enquanto que a menor taxa foi registada no Centro (34,3%).

No 3º trimestre de 2009, a região Centro registou uma diminuição na população empregada de 3,0% (abrangendo 38,6 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2008, e um aumento na população desempregada de 24,2% (19,0 mil). A taxa de desemprego aumentou, de 5,7%, no 3º trimestre de 2008, para 7,2%, no 3º trimestre de 2009. Nesta região residiam 25,0% dos empregados do país e 17,8% dos desempregados.

Em Lisboa, a população empregada diminuiu 4,5% (59,6 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2008, e a população desempregada aumentou 26,9% (30,8 mil). Em consequência, a taxa de desemprego aumentou, passando de 7,9%, no 3º trimestre de 2008, para 10,3%, no 3º trimestre de 2009. Em Lisboa residiam 25,3% dos empregados do país e 26,6% dos desempregados, no 3º trimestre de 2009.

No Alentejo, a população empregada diminuiu 1,4% (4,5 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2008, e a população desempregada aumentou 12,0% (4,0 mil). A taxa de desemprego subiu, passando de 9,1%, no 3º trimestre de 2008, para 10,2%, no 3º trimestre de 2009.

No Algarve, a população empregada diminuiu 2,3% (4,7 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2008, e a população desempregada aumentou 71,6% (9,6 mil). A taxa de desemprego passou de 6,1%, no 3º trimestre de 2008, para 10,3%, no 3º trimestre de 2009. Esta região apresentava, no 3º trimestre de 2009, o maior acréscimo homólogo neste indicador (4,2 p.p.).

Nestas duas regiões, Alentejo e Algarve, residiam 10,6% dos empregados do país e 11,0% dos desempregados.

A população inactiva com 15 e mais anos aumentou, face ao trimestre homólogo de 2008, no Norte, no Centro, em Lisboa e na Região Autónoma dos Açores, tal como sucedeu globalmente para Portugal, e diminuiu no Alentejo, no Algarve e na Região Autónoma da Madeira. O aumento que mais se destacou, em termos absolutos, foi o de Lisboa, que abrangeu 38,7 mil indivíduos.

2. QUADROS DE RESULTADOS

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	14
2. População activa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	15
3. Taxa de actividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	16
4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	17
5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	18
6. População empregada por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo	19
7. População empregada por profissão principal (CNP-94), situação na profissão e sexo	20
8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração do trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo.....	21
9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	22
10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	23
11. População desempregada por duração da procura de emprego	23
12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego.....	24
13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por sector da última actividade (CAE-Rev. 3)	24
14. População inactiva	25
15. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva por região NUTS II (NUTS-2002)	26
16. Taxa de actividade, de emprego, de desemprego e de inactividade por região NUTS II (NUTS-2002).....	27

Nota: Estes quadros encontram-se disponíveis, em formato Excel e CSV, em:

http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (seleccionando Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2009).

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População total	HM	10 625,1	10 631,1	10 630,7	10 634,4	10 641,0	-	0,1	0,1
	H	5 142,5	5 145,2	5 145,5	5 147,3	5 150,5	-	0,2	0,1
	M	5 482,6	5 485,9	5 485,2	5 487,1	5 490,5	-	0,1	0,1
População com 15 e mais anos	HM	9 001,4	9 009,2	9 012,6	9 018,5	9 027,0	-	0,3	0,1
	H	4 310,1	4 313,9	4 315,6	4 318,5	4 322,7	-	0,3	0,1
	M	4 691,3	4 695,4	4 697,1	4 700,0	4 704,3	-	0,3	0,1
Menos de 15 anos	HM	1 623,7	1 621,9	1 618,1	1 615,8	1 614,0	-	-0,6	-0,1
	H	832,4	831,4	830,0	828,8	827,8	-	-0,6	-0,1
	M	791,3	790,5	788,1	787,0	786,2	-	-0,6	-0,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	1 217,2	1 209,9	1 201,5	1 193,8	1 186,5	-	-2,5	-0,6
	H	621,7	618,1	613,3	609,4	605,7	-	-2,6	-0,6
	M	595,5	591,8	588,1	584,4	580,7	-	-2,5	-0,6
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 625,8	1 623,8	1 613,6	1 610,3	1 607,3	-	-1,1	-0,2
	H	820,7	819,9	814,9	813,4	812,2	-	-1,0	-0,1
	M	805,1	803,9	798,7	796,8	795,2	-	-1,2	-0,2
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 584,3	1 585,7	1 597,1	1 599,0	1 601,4	-	1,1	0,2
	H	787,5	788,4	794,0	795,2	796,7	-	1,2	0,2
	M	796,9	797,2	803,1	803,8	804,7	-	1,0	0,1
Dos 45 aos 64 anos	HM	2 719,2	2 730,7	2 728,0	2 737,7	2 748,2	-	1,1	0,4
	H	1 306,8	1 312,3	1 311,4	1 316,3	1 321,5	-	1,1	0,4
	M	1 412,5	1 418,3	1 416,6	1 421,5	1 426,8	-	1,0	0,4
Com 65 e mais anos	HM	1 854,8	1 859,2	1 872,5	1 877,7	1 883,5	-	1,5	0,3
	H	773,5	775,1	781,9	784,1	786,6	-	1,7	0,3
	M	1 081,3	1 084,1	1 090,6	1 093,6	1 096,9	-	1,4	0,3
Dos 15 aos 64 anos	HM	7 146,6	7 150,0	7 140,1	7 140,8	7 143,5	-	0	0
	H	3 536,6	3 538,7	3 533,6	3 534,4	3 536,1	-	0	0
	M	3 609,9	3 611,3	3 606,5	3 606,4	3 607,4	-	-0,1	0
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	6 765,1	6 750,3	6 732,4	6 717,8	6 678,2	0,7	-1,3	-0,6
	H	3 305,7	3 297,3	3 283,1	3 271,8	3 252,5	0,8	-1,6	-0,6
	M	3 459,4	3 453,0	3 449,3	3 446,0	3 425,7	0,7	-1,0	-0,6
Secundário e pós-secundário	HM	1 260,7	1 255,5	1 282,8	1 296,0	1 348,0	2,0	6,9	4,0
	H	622,9	621,0	630,2	637,5	672,4	2,7	7,9	5,5
	M	637,8	634,6	652,5	658,5	675,6	2,4	5,9	2,6
Superior	HM	975,5	1 003,4	997,5	1 004,8	1 000,8	3,3	2,6	-0,4
	H	381,5	395,6	402,2	409,3	397,9	4,4	4,3	-2,8
	M	594,0	607,8	595,2	595,5	603,0	3,3	1,5	1,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

2. População activa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População activa	HM	5 629,5	5 613,9	5 594,8	5 583,9	5 565,3	0,5	-1,1	-0,3
	H	2 986,7	2 987,6	2 958,9	2 960,1	2 933,6	0,6	-1,8	-0,9
	M	2 642,8	2 626,3	2 635,9	2 623,8	2 631,6	0,6	-0,4	0,3
Dos 15 aos 24 anos	HM	509,9	501,2	485,4	465,2	463,2	2,2	-9,2	-0,4
	H	272,1	271,9	256,4	249,3	244,7	3,1	-10,1	-1,8
	M	237,8	229,2	229,0	215,9	218,5	3,0	-8,1	1,2
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 464,0	1 460,0	1 453,1	1 446,9	1 434,6	0,7	-2,0	-0,9
	H	763,0	762,8	751,8	756,6	746,6	0,9	-2,1	-1,3
	M	701,0	697,2	701,2	690,3	687,9	1,1	-1,9	-0,3
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 424,1	1 425,9	1 431,5	1 438,6	1 430,6	0,6	0,5	-0,6
	H	747,3	745,1	745,5	746,0	738,5	0,7	-1,2	-1,0
	M	676,7	680,8	686,1	692,7	692,1	0,9	2,3	-0,1
Dos 45 aos 64 anos	HM	1 905,1	1 903,8	1 909,6	1 918,2	1 915,2	0,7	0,5	-0,2
	H	1 024,9	1 029,7	1 032,4	1 035,9	1 029,0	0,8	0,4	-0,7
	M	880,3	874,2	877,2	882,4	886,2	1,1	0,7	0,4
Com 65 e mais anos	HM	326,5	323,1	315,2	315,0	321,7	3,4	-1,5	2,1
	H	179,4	178,2	172,8	172,4	174,8	3,7	-2,6	1,4
	M	147,1	144,9	142,4	142,6	146,9	4,6	-0,1	3,0
Dos 15 aos 64 anos	HM	5 303,1	5 290,9	5 279,7	5 268,9	5 243,6	0,4	-1,1	-0,5
	H	2 807,3	2 809,5	2 786,2	2 787,7	2 758,8	0,5	-1,7	-1,0
	M	2 495,8	2 481,4	2 493,5	2 481,2	2 484,8	0,6	-0,4	0,1
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	3 926,4	3 886,0	3 839,7	3 795,4	3 766,7	1,1	-4,1	-0,8
	H	2 216,8	2 195,9	2 157,5	2 136,9	2 106,8	1,2	-5,0	-1,4
	M	1 709,6	1 690,2	1 682,1	1 658,5	1 659,9	1,4	-2,9	0,1
Secundário e pós-secundário	HM	870,2	866,2	899,3	927,8	958,3	2,5	10,1	3,3
	H	442,7	445,9	453,4	469,2	491,7	3,3	11,1	4,8
	M	427,6	420,3	446,0	458,5	466,6	3,0	9,1	1,8
Superior	HM	832,9	861,7	855,8	860,7	840,3	3,4	0,9	-2,4
	H	327,2	345,8	348,0	353,9	335,2	4,6	2,4	-5,3
	M	505,6	515,8	507,8	506,8	505,1	3,4	-0,1	-0,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

3. Taxa de actividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		%						p.p.	
Taxa de actividade	HM	53,0	52,8	52,6	52,5	52,3	0,5	-0,7	-0,2
	H	58,1	58,1	57,5	57,5	57,0	0,6	-1,1	-0,5
	M	48,2	47,9	48,1	47,8	47,9	0,6	-0,3	0,1
Taxa de actividade (15 e mais anos)	HM	62,5	62,3	62,1	61,9	61,7	0,5	-0,8	-0,2
	H	69,3	69,3	68,6	68,5	67,9	0,6	-1,4	-0,6
	M	56,3	55,9	56,1	55,8	55,9	0,6	-0,4	0,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	41,9	41,4	40,4	39,0	39,0	2,2	-2,9	-
	H	43,8	44,0	41,8	40,9	40,4	3,0	-3,4	-0,5
	M	39,9	38,7	38,9	36,9	37,6	3,4	-2,3	0,7
Dos 25 aos 34 anos	HM	90,0	89,9	90,0	89,9	89,3	0,5	-0,7	-0,6
	H	93,0	93,0	92,3	93,0	91,9	0,8	-1,1	-1,1
	M	87,1	86,7	87,8	86,6	86,5	1,0	-0,6	-0,1
Dos 35 aos 44 anos	HM	89,9	89,9	89,6	90,0	89,3	0,5	-0,6	-0,7
	H	94,9	94,5	93,9	93,8	92,7	1,8	-2,2	-1,1
	M	84,9	85,4	85,4	86,2	86,0	1,2	1,1	-0,2
Dos 45 aos 64 anos	HM	70,1	69,7	70,0	70,1	69,7	0,6	-0,4	-0,4
	H	78,4	78,5	78,7	78,7	77,9	0,9	-0,5	-0,8
	M	62,3	61,6	61,9	62,1	62,1	1,2	-0,2	-
Com 65 e mais anos	HM	17,6	17,4	16,8	16,8	17,1	3,2	-0,5	0,3
	H	23,2	23,0	22,1	22,0	22,2	3,7	-1,0	0,2
	M	13,6	13,4	13,1	13,0	13,4	4,6	-0,2	0,4
Dos 15 aos 64 anos	HM	74,2	74,0	73,9	73,8	73,4	0,4	-0,8	-0,4
	H	79,4	79,4	78,8	78,9	78,0	0,5	-1,4	-0,9
	M	69,1	68,7	69,1	68,8	68,9	0,6	-0,2	0,1
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	58,0	57,6	57,0	56,5	56,4	0,7	-1,6	-0,1
	H	67,1	66,6	65,7	65,3	64,8	0,7	-2,3	-0,5
	M	49,4	48,9	48,8	48,1	48,5	0,8	-0,9	0,4
Secundário e pós-secundário	HM	69,0	69,0	70,1	71,6	71,1	1,3	2,1	-0,5
	H	71,1	71,8	71,9	73,6	73,1	1,7	2,0	-0,5
	M	67,0	66,2	68,3	69,6	69,1	1,8	2,1	-0,5
Superior	HM	85,4	85,9	85,8	85,7	84,0	1,9	-1,4	-1,7
	H	85,8	87,4	86,5	86,5	84,2	1,4	-1,6	-2,3
	M	85,1	84,9	85,3	85,1	83,8	1,1	-1,3	-1,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 195,8	5 176,3	5 099,1	5 076,2	5 017,5	0,6	-3,4	-1,2
	H	2 793,0	2 784,4	2 718,6	2 702,9	2 666,0	0,7	-4,5	-1,4
	M	2 402,8	2 391,9	2 380,5	2 373,3	2 351,5	0,8	-2,1	-0,9
Dos 15 aos 24 anos	HM	422,7	411,0	387,7	378,2	374,4	2,7	-11,4	-1,0
	H	235,2	230,9	208,7	202,1	204,8	3,6	-12,9	1,3
	M	187,5	180,1	179,1	176,1	169,5	3,9	-9,6	-3,7
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 325,6	1 329,5	1 302,3	1 290,4	1 266,7	1,1	-4,4	-1,8
	H	706,4	709,3	687,7	684,8	671,2	1,4	-5,0	-2,0
	M	619,1	620,2	614,6	605,6	595,6	1,6	-3,8	-1,7
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 333,6	1 324,0	1 323,2	1 323,5	1 304,2	0,9	-2,2	-1,5
	H	705,2	698,9	692,8	689,7	675,6	1,1	-4,2	-2,0
	M	628,4	625,1	630,4	633,8	628,6	1,3	0	-0,8
Dos 45 aos 64 anos	HM	1 787,8	1 788,8	1 771,7	1 770,2	1 751,7	0,9	-2,0	-1,0
	H	967,1	967,2	957,4	954,4	940,4	1,0	-2,8	-1,5
	M	820,7	821,6	814,3	815,8	811,3	1,3	-1,1	-0,6
Com 65 e mais anos	HM	326,1	323,1	314,2	313,9	320,6	3,5	-1,7	2,1
	H	179,0	178,2	172,0	171,8	174,0	3,7	-2,8	1,3
	M	147,1	144,9	142,2	142,1	146,6	4,6	-0,3	3,2
Dos 15 aos 64 anos	HM	4 869,7	4 853,3	4 784,9	4 762,3	4 696,9	0,6	-3,5	-1,4
	H	2 613,9	2 606,2	2 546,5	2 531,0	2 492,0	0,7	-4,7	-1,5
	M	2 255,8	2 247,0	2 238,3	2 231,2	2 204,9	0,8	-2,3	-1,2
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	3 627,5	3 577,9	3 476,4	3 428,5	3 377,0	1,2	-6,9	-1,5
	H	2 068,5	2 040,5	1 966,2	1 942,7	1 904,4	1,3	-7,9	-2,0
	M	1 559,1	1 537,5	1 510,2	1 485,8	1 472,6	1,5	-5,5	-0,9
Secundário e pós-secundário	HM	804,1	794,8	817,1	837,4	864,6	2,5	7,5	3,2
	H	415,1	416,4	421,4	428,1	451,7	3,4	8,8	5,5
	M	389,0	378,4	395,7	409,3	412,9	3,2	6,1	0,9
Superior	HM	764,2	803,5	805,5	810,3	775,9	3,5	1,5	-4,2
	H	309,4	327,5	330,9	332,0	309,9	4,8	0,2	-6,7
	M	454,8	476,0	474,6	478,3	466,0	3,5	2,5	-2,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009		Homóloga	Trimestral
		%						p.p.	
Taxa de emprego	HM	57,7	57,5	56,6	56,3	55,6	0,6	-2,1	-0,7
(15 e mais anos)	H	64,8	64,5	63,0	62,6	61,7	0,7	-3,1	-0,9
	M	51,2	50,9	50,7	50,5	50,0	0,8	-1,2	-0,5
Dos 15 aos 24 anos	HM	34,7	34,0	32,3	31,7	31,6	2,7	-3,1	-0,1
	H	37,8	37,4	34,0	33,2	33,8	3,9	-4,0	0,6
	M	31,5	30,4	30,4	30,1	29,2	4,8	-2,3	-0,9
Dos 25 aos 34 anos	HM	81,5	81,9	80,7	80,1	78,8	0,7	-2,7	-1,3
	H	86,1	86,5	84,4	84,2	82,6	1,2	-3,5	-1,6
	M	76,9	77,1	76,9	76,0	74,9	1,4	-2,0	-1,1
Dos 35 aos 44 anos	HM	84,2	83,5	82,9	82,8	81,4	0,6	-2,8	-1,4
	H	89,6	88,6	87,3	86,7	84,8	2,1	-4,8	-1,9
	M	78,9	78,4	78,5	78,8	78,1	1,5	-0,8	-0,7
Dos 45 aos 64 anos	HM	65,7	65,5	64,9	64,7	63,7	0,8	-2,0	-1,0
	H	74,0	73,7	73,0	72,5	71,2	1,1	-2,8	-1,3
	M	58,1	57,9	57,5	57,4	56,9	1,3	-1,2	-0,5
Com 65 e mais anos	HM	17,6	17,4	16,8	16,7	17,0	3,4	-0,6	0,3
	H	23,1	23,0	22,0	21,9	22,1	3,7	-1,0	0,2
	M	13,6	13,4	13,0	13,0	13,4	4,6	-0,2	0,4
Dos 15 aos 64 anos	HM	68,1	67,9	67,0	66,7	65,8	0,6	-2,3	-0,9
	H	73,9	73,6	72,1	71,6	70,5	0,7	-3,4	-1,1
	M	62,5	62,2	62,1	61,9	61,1	0,8	-1,4	-0,8
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	53,6	53,0	51,6	51,0	50,6	0,8	-3,0	-0,4
	H	62,6	61,9	59,9	59,4	58,6	0,8	-4,0	-0,8
	M	45,1	44,5	43,8	43,1	43,0	0,9	-2,1	-0,1
Secundário e pós-secundário	HM	63,8	63,3	63,7	64,6	64,1	1,7	0,3	-0,5
	H	66,6	67,1	66,9	67,2	67,2	2,0	0,6	-
	M	61,0	59,6	60,6	62,2	61,1	2,3	0,1	-1,1
Superior	HM	78,3	80,1	80,8	80,6	77,5	2,2	-0,8	-3,1
	H	81,1	82,8	82,3	81,1	77,9	1,8	-3,2	-3,2
	M	76,6	78,3	79,7	80,3	77,3	1,4	0,7	-3,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

6. População empregada por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 195,8	5 176,3	5 099,1	5 076,2	5 017,5	0,6	-3,4	-1,2
	H	2 793,0	2 784,4	2 718,6	2 702,9	2 666,0	0,7	-4,5	-1,4
	M	2 402,8	2 391,9	2 380,5	2 373,3	2 351,5	0,8	-2,1	-0,9
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	HM	589,4	572,2	558,9	551,3	567,2	4,0	-3,8	2,9
	H	301,3	293,6	284,9	280,5	297,8	4,2	-1,2	6,2
	M	288,1	278,6	274,0	270,7	269,4	4,9	-6,5	-0,5
B a F: Indústria, construção, energia e água	HM	1 520,1	1 498,0	1 455,0	1 444,6	1 413,6	2,0	-7,0	-2,1
	H	1 118,2	1 104,6	1 070,4	1 052,9	1 028,8	2,0	-8,0	-2,3
	M	401,9	393,4	384,7	391,7	384,8	3,7	-4,3	-1,8
C: Indústrias transformadoras	HM	885,6	880,3	867,3	863,6	844,3	3,0	-4,7	-2,2
F: Construção	HM	559,2	540,9	514,6	513,5	503,1	3,5	-10,0	-2,0
G a U: Serviços	HM	3 086,3	3 106,1	3 085,1	3 080,3	3 036,7	1,2	-1,6	-1,4
	H	1 373,4	1 386,2	1 363,3	1 369,4	1 339,4	1,7	-2,5	-2,2
	M	1 712,8	1 719,9	1 721,9	1 710,9	1 697,3	1,2	-0,9	-0,8
G: Comércio por grosso e a retalho	HM	756,1	765,2	779,6	771,9	746,4	2,7	-1,3	-3,3
H: Transportes e armazenagem	HM	179,0	174,7	173,5	183,7	177,7	5,7	-0,7	-3,3
I: Alojamento, restauração e similares	HM	327,9	324,3	307,8	297,3	291,6	4,4	-11,1	-1,9
J: Actividades de informação e de comunicação	HM	97,1	96,0	93,6	90,6	90,2	8,4	-7,1	-0,4
K: Actividades financeiras e de seguros	HM	97,2	89,8	90,8	94,1	85,7	7,9	-11,8	-8,9
L: Actividades imobiliárias	HM	25,9	31,7	31,2	34,8	32,5	12,5	25,5	-6,6
M: Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	HM	182,0	185,1	184,8	172,6	159,2	6,2	-12,5	-7,8
N: Actividades administrativas e dos serviços de apoio	HM	137,8	133,0	134,4	134,1	136,5	6,2	-0,9	1,8
O: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	HM	328,8	342,2	334,5	327,3	345,4	3,9	5,0	5,5
P: Educação	HM	335,5	364,6	355,3	360,9	351,9	4,4	4,9	-2,5
Q: Actividades da saúde humana e apoio social	HM	306,2	301,7	300,0	314,9	328,7	4,1	7,3	4,4
R: Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	HM	48,1	43,3	48,3	48,2	46,6	10,5	-3,1	-3,3
S a U: Outros serviços	HM	264,6	254,6	251,3	250,0	244,4	4,3	-7,6	-2,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

7. População empregada por profissão principal (CNP-94), situação na profissão e sexo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 195,8	5 176,3	5 099,1	5 076,2	5 017,5	0,6	-3,4	-1,2
	H	2 793,0	2 784,4	2 718,6	2 702,9	2 666,0	0,7	-4,5	-1,4
	M	2 402,8	2 391,9	2 380,5	2 373,3	2 351,5	0,8	-2,1	-0,9
Profissão (CNP-94)									
1: Quadros superiores da Administração Pública, dirig. e quadros superiores de empresa	HM	323,7	346,4	361,4	351,0	319,2	4,5	-1,4	-9,1
	H	220,6	245,0	252,4	241,5	217,4	4,9	-1,5	-10,0
	M	103,2	101,4	109,0	109,5	101,8	6,9	-1,4	-7,0
2: Especialistas das profissões intelectuais e científicas	HM	453,7	474,8	470,1	488,6	465,4	4,4	2,6	-4,7
	H	197,9	206,2	203,5	215,6	198,5	5,9	0,3	-7,9
	M	255,8	268,7	266,6	273,0	266,9	4,8	4,3	-2,2
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	HM	477,7	490,3	489,9	488,0	460,2	3,6	-3,7	-5,7
	H	251,1	256,8	259,5	264,7	245,0	4,6	-2,4	-7,4
	M	226,6	233,5	230,4	223,3	215,2	4,9	-5,0	-3,6
4: Pessoal administrativo e similares	HM	495,1	488,3	484,9	481,6	478,2	3,4	-3,4	-0,7
	H	193,6	192,6	181,5	172,9	168,6	5,5	-12,9	-2,5
	M	301,4	295,7	303,4	308,7	309,6	4,2	2,7	0,3
5: Pessoal dos serviços e vendedores	HM	787,0	795,2	784,8	790,8	809,7	2,5	2,9	2,4
	H	253,6	255,7	239,5	243,3	270,1	4,2	6,5	11,0
	M	533,4	539,5	545,3	547,5	539,6	2,8	1,2	-1,4
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	HM	576,9	557,6	549,5	538,9	555,5	4,0	-3,7	3,1
	H	294,7	284,6	282,5	278,9	295,0	4,1	0,1	5,8
	M	282,2	272,9	267,0	260,0	260,5	5,1	-7,7	0,2
7: Operários, artífices e trabalhadores similares	HM	1 006,5	959,8	939,6	918,9	902,0	2,6	-10,4	-1,8
	H	813,8	776,2	762,2	752,2	733,9	2,7	-9,8	-2,4
	M	192,7	183,7	177,4	166,6	168,1	5,4	-12,8	0,9
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	HM	377,8	390,1	388,8	400,3	408,0	4,0	8,0	1,9
	H	320,6	327,9	322,9	321,7	321,1	4,1	0,2	-0,2
	M	57,2	62,3	65,9	78,6	87,0	8,3	52,1	10,7
9: Trabalhadores não qualificados	HM	669,7	645,5	601,2	588,7	590,6	2,9	-11,8	0,3
	H	220,7	212,9	188,0	186,3	191,2	5,0	-13,4	2,6
	M	449,0	432,5	413,2	402,4	399,4	3,3	-11,0	-0,7
0: Forças Armadas	HM	27,6	28,4	29,0	29,3	28,7	12,9	4,0	-2,0
Situação na profissão									
Trabalhadores por conta de outrem	HM	3 942,0	3 953,1	3 884,5	3 873,6	3 837,8	0,8	-2,6	-0,9
	H	2 080,3	2 083,8	2 019,0	2 006,5	1 976,4	1,0	-5,0	-1,5
	M	1 861,7	1 869,3	1 865,6	1 867,1	1 861,3	1,0	0	-0,3
Trabalhadores por conta própria como isolados	HM	917,3	902,0	887,7	889,5	867,0	2,7	-5,5	-2,5
	H	482,7	477,3	475,9	480,5	471,3	3,0	-2,4	-1,9
	M	434,6	424,7	411,9	409,0	395,7	3,6	-9,0	-3,3
Trabalhadores por conta própria como empregadores	HM	285,8	282,0	281,6	272,6	267,7	4,7	-6,3	-1,8
	H	208,2	205,7	207,1	200,2	198,8	4,9	-4,5	-0,7
	M	77,7	76,3	74,5	72,4	68,9	7,8	-11,3	-4,8
Trabalhadores familiares não remunerados e outra situação	HM	50,6	39,3	45,3	40,5	45,0	10,6	-11,1	11,1
	H	21,8	17,6	16,7	15,7	19,5	15,0	-10,6	24,2
	M	28,8	21,6	28,6	24,8	25,5	13,3	-11,5	2,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração do trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo

Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 195,8	5 176,3	5 099,1	5 076,2	5 017,5	0,6	-3,4	-1,2
	H	2 793,0	2 784,4	2 718,6	2 702,9	2 666,0	0,7	-4,5	-1,4
	M	2 402,8	2 391,9	2 380,5	2 373,3	2 351,5	0,8	-2,1	-0,9
	A tempo completo	4 578,5	4 573,4	4 501,8	4 483,8	4 453,3	0,6	-2,7	-0,7
	H	2 587,3	2 583,8	2 516,8	2 508,0	2 473,1	0,8	-4,4	-1,4
	M	1 991,1	1 989,6	1 985,0	1 975,8	1 980,2	1,0	-0,5	0,2
	A tempo parcial	617,3	602,9	597,3	592,4	564,3	3,1	-8,6	-4,7
	H	205,7	200,6	201,8	194,8	193,0	4,5	-6,2	-0,9
	M	411,7	402,3	395,5	397,5	371,3	3,4	-9,8	-6,6
Trabalhadores por conta de outrem	HM	3 942,0	3 953,1	3 884,5	3 873,6	3 837,8	0,8	-2,6	-0,9
	H	2 080,3	2 083,8	2 019,0	2 006,5	1 976,4	1,0	-5,0	-1,5
	M	1 861,7	1 869,3	1 865,6	1 867,1	1 861,3	1,0	0	-0,3
	A tempo completo	3 713,0	3 716,3	3 645,2	3 636,4	3 624,7	0,8	-2,4	-0,3
	H	2 031,2	2 032,9	1 966,9	1 958,2	1 933,8	1,1	-4,8	-1,2
	M	1 681,9	1 683,4	1 678,4	1 678,2	1 691,0	1,1	0,5	0,8
	A tempo parcial	229,0	236,8	239,3	237,2	213,0	4,7	-7,0	-10,2
	H	49,2	50,9	52,1	48,3	42,7	10,2	-13,2	-11,6
	M	179,8	185,9	187,2	188,9	170,4	5,1	-5,2	-9,8
Tipo de contrato de trabalho									
Sem termo	HM	3 041,0	3 070,4	3 047,5	3 030,5	2 991,8	1,1	-1,6	-1,3
	H	1 624,0	1 645,9	1 608,7	1 594,2	1 558,8	1,3	-4,0	-2,2
	M	1 417,0	1 424,5	1 438,8	1 436,3	1 432,9	1,4	1,1	-0,2
Com termo	HM	729,7	723,1	686,8	687,3	688,8	2,7	-5,6	0,2
	H	374,0	358,8	329,9	336,2	336,6	3,7	-10,0	0,1
	M	355,7	364,3	356,9	351,2	352,1	3,5	-1,0	0,3
Outros	HM	171,3	159,7	150,2	155,7	157,2	6,0	-8,2	1,0
	H	82,3	79,1	80,4	76,1	81,0	7,9	-1,6	6,4
	M	89,0	80,5	69,8	79,6	76,3	8,1	-14,3	-4,1
Subemprego visível	HM	63,5	66,1	61,3	63,3	66,5	9,0	4,7	5,1
	H	25,8	29,4	24,8	24,0	26,9	13,7	4,3	12,1
	M	37,7	36,7	36,5	39,3	39,7	10,9	5,3	1,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População desempregada	HM	433,7	437,6	495,8	507,7	547,7	3,1	26,3	7,9
	H	193,7	203,3	240,4	257,2	267,6	4,5	38,2	4,0
	M	240,0	234,4	255,4	250,5	280,1	3,9	16,7	11,8
Dos 15 aos 24 anos	HM	87,2	90,2	97,7	86,9	88,8	6,3	1,8	2,2
	H	36,9	41,1	47,7	47,1	39,9	9,4	8,1	-15,3
	M	50,3	49,1	50,0	39,8	49,0	8,4	-2,6	23,1
Dos 25 aos 34 anos	HM	138,5	130,5	150,8	156,5	167,8	6,1	21,2	7,2
	H	56,6	53,5	64,2	71,8	75,5	8,9	33,4	5,2
	M	81,9	77,0	86,6	84,7	92,4	7,6	12,8	9,1
Dos 35 aos 44 anos	HM	90,4	101,9	108,4	115,1	126,4	6,1	39,8	9,8
	H	42,1	46,2	52,6	56,3	62,9	9,0	49,4	11,7
	M	48,3	55,7	55,7	58,9	63,6	8,1	31,7	8,0
Com 45 e mais anos	HM	117,7	115,0	138,9	149,1	164,6	4,9	39,8	10,4
	H	58,1	62,5	75,8	82,0	89,4	6,5	53,9	9,0
	M	59,5	52,5	63,1	67,1	75,2	6,7	26,4	12,1
Dos 15 aos 64 anos	HM	433,4	437,6	494,8	506,6	546,6	3,1	26,1	7,9
	H	193,4	203,3	239,6	256,6	266,8	4,5	38,0	4,0
	M	240,0	234,4	255,2	250,0	279,8	3,9	16,6	11,9
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	298,9	308,1	363,3	366,9	389,7	3,9	30,4	6,2
	H	148,3	155,4	191,3	194,2	202,4	5,4	36,5	4,2
	M	150,5	152,7	172,0	172,7	187,3	4,9	24,5	8,5
Secundário e pós-secundário	HM	66,2	71,4	82,2	90,4	93,7	7,6	41,5	3,7
	H	27,5	29,5	31,9	41,1	40,0	11,1	45,5	-2,7
	M	38,6	41,9	50,3	49,3	53,7	9,8	39,1	8,9
Superior	HM	68,7	58,1	50,3	50,4	64,3	8,9	-6,4	27,6
	H	17,8	18,3	17,1	21,9	25,2	13,7	41,6	15,1
	M	50,9	39,8	33,2	28,6	39,1	11,6	-23,2	36,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		%					p.p.		
Taxa de desemprego	HM	7,7	7,8	8,9	9,1	9,8	3,1	2,1	0,7
	H	6,5	6,8	8,1	8,7	9,1	4,4	2,6	0,4
	M	9,1	8,9	9,7	9,5	10,6	3,9	1,5	1,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	17,1	18,0	20,1	18,7	19,2	6,0	2,1	0,5
	H	13,6	15,1	18,6	18,9	16,3	10,7	2,7	-2,6
	M	21,2	21,4	21,8	18,4	22,4	8,9	1,2	4,0
Dos 25 aos 34 anos	HM	9,5	8,9	10,4	10,8	11,7	5,6	2,2	0,9
	H	7,4	7,0	8,5	9,5	10,1	9,3	2,7	0,6
	M	11,7	11,0	12,4	12,3	13,4	7,3	1,7	1,1
Dos 35 aos 44 anos	HM	6,4	7,1	7,6	8,0	8,8	5,9	2,4	0,8
	H	5,6	6,2	7,1	7,5	8,5	12,6	2,9	1,0
	M	7,1	8,2	8,1	8,5	9,2	8,0	2,1	0,7
Com 45 e mais anos	HM	5,3	5,2	6,2	6,7	7,4	4,3	2,1	0,7
	H	4,8	5,2	6,3	6,8	7,4	7,3	2,6	0,6
	M	5,8	5,2	6,2	6,5	7,3	8,0	1,5	0,8
Dos 15 aos 64 anos	HM	8,2	8,3	9,4	9,6	10,4	3,1	2,2	0,8
	H	6,9	7,2	8,6	9,2	9,7	4,4	2,8	0,5
	M	9,6	9,4	10,2	10,1	11,3	3,9	1,7	1,2
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	7,6	7,9	9,5	9,7	10,3	3,7	2,7	0,6
	H	6,7	7,1	8,9	9,1	9,6	4,8	2,9	0,5
	M	8,8	9,0	10,2	10,4	11,3	3,6	2,5	0,9
Secundário e pós-secundário	HM	7,6	8,2	9,1	9,7	9,8	8,1	2,2	0,1
	H	6,2	6,6	7,0	8,8	8,1	8,8	1,9	-0,7
	M	9,0	10,0	11,3	10,7	11,5	17,7	2,5	0,8
Superior	HM	8,2	6,7	5,9	5,9	7,7	5,3	-0,5	1,8
	H	5,4	5,3	4,9	6,2	7,5	13,3	2,1	1,3
	M	10,1	7,7	6,5	5,6	7,7	11,0	-2,4	2,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

11. População desempregada por duração da procura de emprego									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População desempregada	HM	433,7	437,6	495,8	507,7	547,7	3,1	26,3	7,9
	H	193,7	203,3	240,4	257,2	267,6	4,5	38,2	4,0
	M	240,0	234,4	255,4	250,5	280,1	3,9	16,7	11,8
Duração da procura (a):									
Menos de 1 mês	HM	37,8	24,3	27,9	26,9	42,1	11,0	11,4	56,5
	H	15,2	10,4	15,3	15,1	16,9	16,2	11,2	11,9
	M	22,6	13,9	12,6	11,8	25,2	14,4	11,5	113,6
1 a 6 meses	HM	120,7	150,7	192,6	168,1	139,4	6,0	15,5	-17,1
	H	54,5	73,2	101,2	89,0	76,7	8,1	40,7	-13,8
	M	66,2	77,5	91,4	79,1	62,7	8,4	-5,3	-20,7
7 a 11 meses	HM	57,6	51,4	58,0	77,0	109,3	7,1	89,8	41,9
	H	25,9	21,7	26,0	42,4	57,3	10,3	121,2	35,1
	M	31,8	29,7	32,0	34,7	51,9	9,8	63,2	49,6
12 a 24 meses	HM	96,8	86,7	92,7	96,7	109,4	6,9	13,0	13,1
	H	45,0	41,4	41,1	46,6	51,4	9,6	14,2	10,3
	M	51,8	45,4	51,6	50,1	57,9	9,0	11,8	15,6
25 e mais meses	HM	117,0	122,6	122,3	138,5	144,0	6,1	23,1	4,0
	H	50,3	56,1	56,0	63,9	64,2	9,2	27,6	0,5
	M	66,7	66,5	66,3	74,6	79,8	7,7	19,6	7,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

Nota:

(a) A variável "duração da procura de emprego" não inclui os indivíduos desempregados que já não procuram emprego, por já terem encontrado e o qual vão iniciar nos próximos 3 meses. Por essa razão, a soma do número de desempregados por duração da procura de emprego pode ser menor do que o total de desempregados.

12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		%					p.p.		
Taxa de desemprego total	HM	7,7	7,8	8,9	9,1	9,8	3,1	2,1	0,7
	H	6,5	6,8	8,1	8,7	9,1	4,4	2,6	0,4
	M	9,1	8,9	9,7	9,5	10,6	3,9	1,5	1,1
Por duração da procura:									
Menos de 1 mês	HM	0,7	0,4	0,5	0,5	0,8	10,9	0,1	0,3
	H	0,5	0,3	0,5	0,5	0,6	16,4	0,1	0,1
	M	0,9	0,5	0,5	0,4	1,0	16,1	0,1	0,5
1 a 6 meses	HM	2,1	2,7	3,4	3,0	2,5	5,5	0,4	-0,5
	H	1,8	2,5	3,4	3,0	2,6	8,1	0,8	-0,4
	M	2,5	3,0	3,5	3,0	2,4	8,4	-0,1	-0,6
7 a 11 meses	HM	1,0	0,9	1,0	1,4	2,0	6,7	0,9	0,6
	H	0,9	0,7	0,9	1,4	2,0	11,4	1,1	0,5
	M	1,2	1,1	1,2	1,3	2,0	9,7	0,8	0,6
12 a 24 meses	HM	1,7	1,5	1,7	1,7	2,0	7,0	0,2	0,2
	H	1,5	1,4	1,4	1,6	1,8	9,7	0,2	0,2
	M	2,0	1,7	2,0	1,9	2,2	10,4	0,2	0,3
25 e mais meses	HM	2,1	2,2	2,2	2,5	2,6	5,6	0,5	0,1
	H	1,7	1,9	1,9	2,2	2,2	9,2	0,5	0
	M	2,5	2,5	2,5	2,8	3,0	7,7	0,5	0,2
Longa duração (12 e mais meses)	HM	3,8	3,7	3,8	4,2	4,6	4,6	0,8	0,3
	H	3,2	3,3	3,3	3,7	3,9	6,7	0,7	0,2
	M	4,5	4,3	4,5	4,8	5,2	5,8	0,7	0,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por sector da última actividade (CAE-Rev. 3)									
Portugal		Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População desempregada		433,7	437,6	495,8	507,7	547,7	3,1	26,3	7,9
À procura de 1º emprego		62,6	61,0	59,3	49,8	52,6	10,1	-16,0	5,6
À procura de novo emprego		371,1	376,6	436,5	457,9	495,1	3,3	33,4	8,1
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		7,6	10,5	10,3	13,6	12,7	19,9	67,1	-6,6
Indústria, construção, energia e água		152,8	156,6	192,4	207,5	220,0	5,0	44,0	6,0
Serviços		210,7	209,5	233,7	236,8	262,4	4,6	24,5	10,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

14. População inactiva									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População inactiva	HM	4 995,6	5 017,2	5 035,9	5 050,5	5 075,7	0,5	1,6	0,5
	H	2 155,9	2 157,6	2 186,6	2 187,2	2 216,9	0,7	2,8	1,4
	M	2 839,7	2 859,6	2 849,3	2 863,2	2 858,9	0,6	0,7	-0,2
Menos de 15 anos	HM	1 623,7	1 621,9	1 618,1	1 615,8	1 614,0	-	-0,6	-0,1
	H	832,4	831,4	830,0	828,8	827,8	-	-0,6	-0,1
	M	791,3	790,5	788,1	787,0	786,2	-	-0,6	-0,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	707,3	708,8	716,0	728,6	723,3	1,4	2,3	-0,7
	H	349,6	346,2	356,9	360,2	361,0	2,1	3,3	0,2
	M	357,7	362,6	359,1	368,5	362,2	1,8	1,3	-1,7
Dos 25 aos 34 anos	HM	161,8	163,8	160,6	163,4	172,8	5,6	6,8	5,8
	H	57,7	57,1	63,1	56,9	65,6	9,9	13,7	15,3
	M	104,1	106,8	97,5	106,5	107,2	6,9	3,0	0,7
Dos 35 aos 44 anos	HM	160,3	159,7	165,5	160,4	170,8	5,1	6,6	6,5
	H	40,1	43,3	48,5	49,3	58,2	9,5	45,1	18,1
	M	120,1	116,4	117,0	111,1	112,6	5,7	-6,2	1,4
Dos 45 aos 64 anos	HM	814,1	826,8	818,3	819,5	833,0	1,7	2,3	1,6
	H	281,9	282,7	279,0	280,4	292,5	3,0	3,8	4,3
	M	532,2	544,2	539,4	539,1	540,6	1,8	1,6	0,3
Com 65 e mais anos	HM	1 528,3	1 536,1	1 557,4	1 562,7	1 561,8	0,7	2,2	-0,1
	H	594,1	597,0	609,2	611,7	611,8	1,1	3,0	0
	M	934,3	939,2	948,2	951,0	950,0	0,7	1,7	-0,1
Dos 15 aos 64 anos	HM	1 843,5	1 859,1	1 860,4	1 871,9	1 899,9	1,1	3,1	1,5
	H	729,4	729,3	747,5	746,7	777,3	1,9	6,6	4,1
	M	1 114,1	1 129,9	1 113,0	1 125,2	1 122,6	1,3	0,8	-0,2
População inactiva (15 e mais anos)	HM	3 371,8	3 395,3	3 417,8	3 434,6	3 461,7	0,7	2,7	0,8
	H	1 323,4	1 326,2	1 356,6	1 358,4	1 389,0	1,2	5,0	2,3
	M	2 048,4	2 069,0	2 061,2	2 076,2	2 072,7	0,8	1,2	-0,2
Estudantes	HM	726,3	746,9	770,7	784,1	777,7	1,7	7,1	-0,8
	H	357,7	358,7	380,5	378,3	383,1	2,4	7,1	1,3
	M	368,5	388,2	390,2	405,8	394,6	2,2	7,1	-2,8
Domésticos	HM	543,6	534,9	527,1	506,9	502,8	2,7	-7,5	-0,8
	H	3,4	3,9	2,0	3,4	3,4	31,9	-	-
	M	540,3	531,0	525,1	503,5	499,4	2,7	-7,6	-0,8
Reformados	HM	1 763,9	1 792,5	1 803,6	1 837,8	1 844,4	1,0	4,6	0,4
	H	807,5	812,0	823,1	828,9	833,0	1,3	3,2	0,5
	M	956,4	980,5	980,5	1 008,9	1 011,5	1,2	5,8	0,3
Outros inactivos	HM	338,1	320,9	316,4	305,8	336,7	3,7	-0,4	10,1
	H	154,8	151,7	151,1	147,9	169,5	5,3	9,5	14,6
	M	183,3	169,3	165,3	158,0	167,3	5,0	-8,7	5,9
Inactivos disponíveis	HM	71,9	70,5	67,2	64,2	82,7	8,3	15,0	28,8
	H	25,9	29,2	32,3	23,3	38,2	12,5	47,5	63,9
	M	46,1	41,4	34,9	40,9	44,5	9,8	-3,5	8,8
Inactivos desencorajados	HM	29,3	28,7	26,0	26,3	33,8	11,3	15,4	28,5
	H	9,6	10,3	9,0	8,2	14,8	18,8	54,2	80,5
	M	19,7	18,4	17,0	18,1	19,0	12,6	-3,6	5,0
							%		
							p.p.		
Taxa de inactividade (15 e mais anos)	HM	37,5	37,7	37,9	38,1	38,3	0,7	0,8	0,2
	H	30,7	30,7	31,4	31,5	32,1	1,2	1,4	0,6
	M	43,7	44,1	43,9	44,2	44,1	0,8	0,4	-0,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

15. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva por região NUTS II (NUTS-2002)								
Região NUTS II	Valor trimestral					C.V.	Variação	
	3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
	Milhares de indivíduos					%		
Portugal								
População total (15 e mais anos)	9 001,4	9 009,2	9 012,6	9 018,5	9 027,0	-	0,3	0,1
População activa	5 629,5	5 613,9	5 594,8	5 583,9	5 565,3	0,5	-1,1	-0,3
População empregada	5 195,8	5 176,3	5 099,1	5 076,2	5 017,5	0,6	-3,4	-1,2
População desempregada	433,7	437,6	495,8	507,7	547,7	3,1	26,3	7,9
População inactiva (15 e mais anos)	3 371,8	3 395,3	3 417,8	3 434,6	3 461,7	0,7	2,7	0,8
Norte								
População total (15 e mais anos)	3 162,9	3 167,0	3 165,1	3 168,3	3 172,2	-	0,3	0,1
População activa	1 982,7	1 973,7	1 978,7	1 962,0	1 959,3	0,7	-1,2	-0,1
População empregada	1 802,3	1 802,5	1 779,3	1 755,5	1 732,6	1,0	-3,9	-1,3
População desempregada	180,4	171,3	199,4	206,5	226,7	4,5	25,7	9,8
População inactiva (15 e mais anos)	1 180,2	1 193,3	1 186,4	1 206,3	1 212,9	1,1	2,8	0,5
Centro								
População total (15 e mais anos)	2 050,9	2 051,8	2 052,1	2 052,7	2 054,0	-	0,2	0,1
População activa	1 369,1	1 363,2	1 351,3	1 343,1	1 349,6	1,2	-1,4	0,5
População empregada	1 290,7	1 284,9	1 261,1	1 257,9	1 252,1	1,4	-3,0	-0,5
População desempregada	78,4	78,3	90,2	85,2	97,4	8,6	24,2	14,3
População inactiva (15 e mais anos)	681,7	688,6	700,9	709,6	704,4	2,2	3,3	-0,7
Lisboa								
População total (15 e mais anos)	2 366,7	2 368,6	2 372,3	2 374,2	2 376,6	-	0,4	0,1
População activa	1 445,3	1 447,0	1 429,6	1 434,1	1 416,5	0,9	-2,0	-1,2
População empregada	1 330,6	1 324,3	1 300,2	1 299,2	1 271,0	1,3	-4,5	-2,2
População desempregada	114,7	122,7	129,5	134,9	145,5	6,9	26,9	7,9
População inactiva (15 e mais anos)	921,4	921,6	942,7	940,1	960,1	1,4	4,2	2,1
Alentejo								
População total (15 e mais anos)	658,7	658,4	656,3	655,6	655,1	-	-0,5	-0,1
População activa	366,1	366,0	365,8	373,0	365,6	1,1	-0,1	-2,0
População empregada	332,7	329,6	328,6	330,7	328,2	1,5	-1,4	-0,8
População desempregada	33,4	36,4	37,2	42,3	37,4	9,0	12,0	-11,6
População inactiva (15 e mais anos)	292,6	292,3	290,4	282,6	289,5	1,3	-1,1	2,4
Algarve								
População total (15 e mais anos)	361,3	361,8	364,0	364,6	365,2	-	1,1	0,2
População activa	219,5	218,8	220,9	223,1	224,4	1,1	2,2	0,6
População empregada	206,1	204,1	198,2	203,0	201,4	1,4	-2,3	-0,8
População desempregada	13,4	14,7	22,7	20,1	23,0	8,8	71,6	14,4
População inactiva (15 e mais anos)	141,9	143,0	143,1	141,5	140,8	1,7	-0,8	-0,5
Região Autónoma dos Açores								
População total (15 e mais anos)	198,5	198,9	199,1	199,4	199,7	-	0,6	0,2
População activa	119,3	119,2	119,8	121,1	120,0	1,3	0,6	-0,9
População empregada	113,1	112,5	111,8	112,6	112,6	1,5	-0,4	-
População desempregada	6,2	6,7	8,0	8,5	7,5	12,2	21,0	-11,8
População inactiva (15 e mais anos)	79,2	79,7	79,3	78,2	79,7	1,9	0,6	1,9
Região Autónoma da Madeira								
População total (15 e mais anos)	202,5	202,7	203,7	203,9	204,2	-	0,8	0,1
População activa	127,6	125,9	128,7	127,6	129,9	1,6	1,8	1,8
População empregada	120,2	118,4	119,9	117,3	119,6	2,2	-0,5	2,0
População desempregada	7,3	7,5	8,7	10,3	10,3	11,8	41,1	-
População inactiva (15 e mais anos)	74,9	76,8	75,0	76,3	74,3	2,8	-0,8	-2,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

16. Taxa de actividade, emprego, desemprego e inactividade por região NUTS II (NUTS-2002)								
Regiões NUTS II	Valor trimestral					C.V.	Variação	
	3ºT-2008	4ºT-2008	1ºT-2009	2ºT-2009	3ºT-2009	3ºT-2009	Homóloga	Trimestral
	%						p.p.	
Portugal								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	62,5	62,3	62,1	61,9	61,7	0,5	-0,8	-0,2
Taxa de emprego (15 e mais anos)	57,7	57,5	56,6	56,3	55,6	0,6	-2,1	-0,7
Taxa de desemprego	7,7	7,8	8,9	9,1	9,8	3,1	2,1	0,7
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	37,5	37,7	37,9	38,1	38,3	0,7	0,8	0,2
Norte								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	62,7	62,3	62,5	61,9	61,8	0,7	-0,9	-0,1
Taxa de emprego (15 e mais anos)	57,0	56,9	56,2	55,4	54,6	1,0	-2,4	-0,8
Taxa de desemprego	9,1	8,7	10,1	10,5	11,6	4,5	2,5	1,1
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	37,3	37,7	37,5	38,1	38,2	1,1	0,9	0,1
Centro								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	66,8	66,4	65,8	65,4	65,7	1,2	-1,1	0,3
Taxa de emprego (15 e mais anos)	62,9	62,6	61,5	61,3	61,0	1,4	-1,9	-0,3
Taxa de desemprego	5,7	5,7	6,7	6,3	7,2	9,5	1,5	0,9
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	33,2	33,6	34,2	34,6	34,3	2,2	1,1	-0,3
Lisboa								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	61,1	61,1	60,3	60,4	59,6	0,9	-1,5	-0,8
Taxa de emprego (15 e mais anos)	56,2	55,9	54,8	54,7	53,5	1,3	-2,7	-1,2
Taxa de desemprego	7,9	8,5	9,1	9,4	10,3	7,0	2,4	0,9
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	38,9	38,9	39,7	39,6	40,4	1,4	1,5	0,8
Alentejo								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	55,6	55,6	55,7	56,9	55,8	1,1	0,2	-1,1
Taxa de emprego (15 e mais anos)	50,5	50,1	50,1	50,4	50,1	1,5	-0,4	-0,3
Taxa de desemprego	9,1	10,0	10,2	11,3	10,2	9,5	1,1	-1,1
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	44,4	44,4	44,3	43,1	44,2	1,3	-0,2	1,1
Algarve								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	60,7	60,5	60,7	61,2	61,4	1,1	0,7	0,2
Taxa de emprego (15 e mais anos)	57,0	56,4	54,4	55,7	55,1	1,4	-1,9	-0,6
Taxa de desemprego	6,1	6,7	10,3	9,0	10,3	8,6	4,2	1,3
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	39,3	39,5	39,3	38,8	38,6	1,7	-0,7	-0,2
Região Autónoma dos Açores								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	60,1	59,9	60,2	60,8	60,1	1,3	-	-0,7
Taxa de emprego (15 e mais anos)	57,0	56,5	56,2	56,5	56,4	1,5	-0,6	-0,1
Taxa de desemprego	5,2	5,6	6,7	7,0	6,2	12,1	1,0	-0,8
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	39,9	40,1	39,8	39,2	39,9	1,9	-	0,7
Região Autónoma da Madeira								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	63,0	62,1	63,2	62,6	63,6	1,6	0,6	1,0
Taxa de emprego (15 e mais anos)	59,4	58,4	58,9	57,5	58,6	2,2	-0,8	1,1
Taxa de desemprego	5,8	6,0	6,8	8,1	7,9	12,2	2,1	-0,2
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	37,0	37,9	36,8	37,4	36,4	2,8	-0,6	-1,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2009.

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Objectivos

O Inquérito ao Emprego tem por principal objectivo a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita, a partir dessa caracterização, analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas socio-económicas.

O Inquérito ao Emprego tem por objectivos, designadamente:

- fornecer uma medida directa e comparável internacionalmente das alterações infra-anuais do emprego e do desemprego;
- avaliar, ao longo do ano, determinados fenómenos do mercado de trabalho, tais como o emprego, o desemprego e as horas trabalhadas, entre outros;
- fornecer dados estruturais anuais relacionados com o nível de emprego e desemprego.

Periodicidade

O Inquérito ao Emprego é um inquérito realizado trimestralmente que fornece resultados trimestrais e anuais.

Período de referência

As características observadas no inquérito referem-se fundamentalmente à situação no decorrer de uma semana pré-definida (de Segunda a Domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre e ano. As entrevistas realizam-se normalmente na semana imediatamente seguinte à semana de referência.

População

O Inquérito ao Emprego é dirigido a residentes em alojamentos familiares no espaço nacional.

Consideram-se residentes no alojamento, os indivíduos que, na semana de referência, vivam nesse alojamento, considerando ser essa a sua residência principal, e ainda os indivíduos que estejam ausentes do alojamento por “períodos curtos de tempo”², não ocupando outro alojamento de forma permanente.

² Não é definido “período curto de tempo” dada a diversidade de situações possíveis; o critério adoptado é o da não ocupação, por parte do indivíduo, de uma outra residência de forma permanente, contribuindo para o orçamento do agregado inquirido e/ou faça despesas a cargo do mesmo e esteja numa das seguintes situações: internado em estabelecimento prisional,

O inquérito é alargado às pessoas a viver em alojamentos colectivos que se consideram ter alguma contribuição, real ou potencial, para o mercado de trabalho, como é o caso dos militares de carreira em quartéis, estudantes em escolas com internato ou em lares. A informação relativa a estas pessoas é recolhida nos alojamentos privados aos quais possam ser associadas, isto é, que aí tenham residência.

São excluídos do âmbito deste inquérito todos os indivíduos a residir noutros alojamentos colectivos (hotéis, pensões e similares, instituições de assistência - asilos, orfanatos e lares de 3ª idade - e instituições religiosas) e indivíduos a viver em alojamentos móveis.

Base de amostragem

A amostra do Inquérito ao Emprego é seleccionada a partir de uma base de amostragem (constituída por um ficheiro de alojamentos familiares) denominada “Amostra-Mãe”, que foi construída a partir dos dados do Recenseamento da População e Habitação de 2001 (Censos 2001).

Unidades de observação

São observados dois tipos de unidade: agregado doméstico privado e indivíduo.

A informação é recolhida para todos os indivíduos pertencentes ao mesmo agregado.

Desenho da amostra

Trata-se de uma amostra do tipo painel com um esquema de rotação no qual os alojamentos permanecem na amostra durante seis trimestres consecutivos. A amostra total está dividida em seis subamostras (rotações) e em cada trimestre cada subamostra é substituída por outra depois de ter sido observada seis vezes.

Para a determinação da dimensão da amostra utilizaram-se os seguintes critérios:

- para cada região NUTS II e para a variável desemprego, desde que a sua representatividade amostral face à população em idade activa seja de pelo menos 5%, o desvio-padrão relativo da média anual não poderá exceder 8% dessa estimativa;

de saúde, de reabilitação, etc., a estudar ou a trabalhar noutra localidade com estadas frequentes no agregado, em viagem.

- para qualquer sub-população amostral cujo efectivo seja pelo menos 5% da população em idade activa³, o desvio-padrão relativo da estimativa da variação entre dois trimestres sucessivos, a nível nacional, não deverá exceder 3% dessa sub-população.

Recolha dos dados

O Inquérito ao Emprego é um inquérito por recolha directa. A informação é obtida através de entrevista directa ao indivíduo em questão ou a outro membro do agregado se o próprio não estiver presente e algum dos membros do agregado presentes for considerado apto a responder por ele.

A recolha da informação é feita através de entrevista assistida por computador (sistema CAPI - *Computer Assisted Personal Interviewing*).

Resultados

A protecção do segredo estatístico é assegurada através da supressão da identificação pessoal dos registos individuais, na fase de processamento da informação.

A extrapolação dos resultados é feita a partir de sistemas de ponderadores regionais, determinados a partir de estimativas independentes da população. Estes ponderadores são função das seguintes variáveis: região NUTS II por sexo e grupos etários quinquenais e ainda região NUTS III (ou agregações) por sexo ou grandes grupos etários.

É possível o apuramento de qualquer uma das variáveis observadas, de acordo com as especificações pretendidas e respeitando a qualidade da informação, atendendo aos erros de amostragem que lhe estejam associados.

O INE pode ainda disponibilizar outro tipo de informação ou outro tipo de desagregação das variáveis, mediante pedido específico, desde que os erros de amostragem estejam dentro de valores aceitáveis e desde que a informação se enquadre no quadro conceptual e metodológico do inquérito.

Erros de amostragem

O objectivo de um inquérito por amostragem é o de generalizar a informação obtida numa amostra (fracção reduzida da população) ao universo em análise, através de métodos que assegurem resultados para a população muito próximos da realidade.

Às estimativas obtidas associa-se uma margem de erro relativamente aos verdadeiros valores que se obteriam numa inquirição a toda a população, apresentada sob a forma de coeficiente de variação.

³ Considera-se "em idade activa" os indivíduos que tiverem idade igual ou superior a 15 anos.

A partir da estimativa e do respectivo coeficiente de variação podem-se construir intervalos de confiança, os quais contêm o verdadeiro valor do parâmetro ou característica com uma certa probabilidade (geralmente 67%, 95% ou 99%), devendo para isso utilizar-se as seguintes expressões:

- Intervalo de confiança de 67% =
estimativa $\pm 1 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa
- Intervalo de confiança de 95% =
estimativa $\pm 1,96 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa
- Intervalo de confiança de 99% =
estimativa $\pm 2,58 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa

Por exemplo, para determinar os intervalos de confiança para a variável população activa tendo em atenção o valor estimado de 5 605,6 milhares e o coeficiente de variação associado de 0,5%, deverá proceder-se da seguinte forma:

Intervalo de Confiança a 67%

Limite Inferior =

$$\text{estimativa} - 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 - 1 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,579,8.$$

Limite superior =

$$\text{estimativa} + 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 + 1 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,631,4.$$

Intervalo de Confiança a 95%

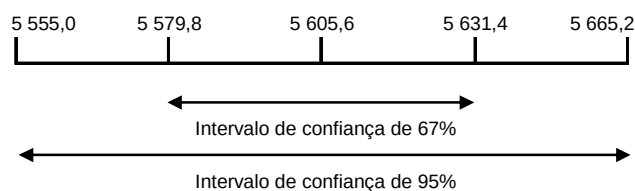
Limite Inferior =

$$\text{estimativa} - 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 - 1,96 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,555,0.$$

Limite superior =

$$\text{estimativa} + 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 + 1,96 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,665,2.$$

No seguinte diagrama podemos observar os dois intervalos de confiança calculados anteriormente. O diagrama ilustra a forma como o intervalo aumenta de acordo com a probabilidade deste conter o verdadeiro valor da população.



No Quadro C apresentam-se os valores dos coeficientes de variação, para as principais variáveis, e os intervalos de confiança respectivos.

Quadro C: Precisão de alguns resultados
3º trimestre de 2009

Variáveis	Estimativa (milhares)	C.V. (%)	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
População activa	5 565,3	0,5	5 516,1	5 614,5
População empregada	5 017,5	0,6	4 959,2	5 075,8
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (a)	567,2	4,0	522,7	611,7
Indústria, construção, energia e água (a)	1 413,6	2,0	1 357,8	1 469,4
Serviços (a)	3 036,7	1,2	2 967,6	3 105,8
População desempregada	547,7	3,1	514,1	581,3
Procura 1º emprego	52,6	10,1	42,2	63,0
Procura novo emprego	495,1	3,3	462,9	527,3
População inactiva	5 075,7	0,5	5 026,5	5 124,9

Nota: (a) As estimativas apresentadas têm como referência a CAE-Rev. 3.

Classificações

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, Versão de 2002, estabelecida pelo decreto-lei nº. 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003 (NUTS-2002).

- Nível II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

CAE-Rev. 3 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3.

CNP-94 – Classificação Nacional das Profissões, Versão 1994.

4. CONCEITOS

Desempregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como **diligências**:

- contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- contacto com empregadores;
- contactos pessoais ou com associações sindicais;
- colocação, resposta ou análise de anúncios;
- procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- realização de provas ou entrevistas para selecção;
- solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de **disponibilidade** para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- no desejo de trabalhar;
- na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar numa data posterior à do período de referência (nos próximos três meses).

Desempregado à procura de novo emprego: indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura de primeiro emprego: indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração: indivíduo desempregado à procura de emprego há 12 ou mais meses.

Empregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego;
- tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Inactivo desencorajado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- pretendia trabalhar;
- estava ou não disponível para trabalhar, num trabalho remunerado ou não;
- não fez diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar trabalho, com os seguintes motivos para o desencorajamento: considerou não ter idade apropriada, considerou não ter instrução suficiente, não soube como procurar, achou que não valia a pena procurar ou achou que não havia empregos disponíveis.

Inactivo disponível: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- pretendia trabalhar;
- estava disponível para trabalhar, num trabalho remunerado ou não;
- não fez diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar trabalho.

Nível de escolaridade completo: refere-se ao nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu, em termos de níveis e graus do sistema formal de ensino, isto

é, do ensino básico, secundário e superior, e obteve o respectivo certificado ou diploma.

População activa: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População inactiva: conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório.

Situação na profissão: relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

Subemprego visível: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tinham um trabalho com duração habitual de trabalho inferior à duração normal do posto de trabalho e que declararam pretender trabalhar mais horas.

Taxa de actividade: taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

$$T.A. (\%) = (\text{População activa} / \text{População total}) \times 100$$

Taxa de actividade (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

$$T.A. (\%) = (\text{Pop. activa} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de desemprego: taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.

$$T.D. (\%) = (\text{População desempregada} / \text{População activa}) \times 100$$

Taxa de desemprego de longa duração: taxa que permite definir o peso da população desempregada há 12 ou mais meses sobre o total da população activa.

$$T.D. (\%) = (\text{População desempregada há 12 ou mais meses} / \text{População activa}) \times 100$$

Taxa de emprego (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

$$T.E. (\%) = (\text{Pop. empregada} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de inactividade (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população inactiva em idade activa (com 15 e mais anos de idade) e a população total em idade activa.

$$T.I. (\%) = (\text{Pop. Inactiva com 15 e mais anos} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de variação anual: a variação anual compara o nível médio da variável dos quatro trimestres do último ano com o dos quatro trimestres do ano imediatamente anterior. Por ser uma média, esta taxa de variação é menos sensível a alterações esporádicas na variável.

Taxa de variação homóloga: a variação homóloga compara o nível da variável entre o trimestre corrente e o mesmo trimestre do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afectada por oscilações desta natureza podendo, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num trimestre específico.

Taxa de variação trimestral: a variação trimestral compara o nível da variável entre dois trimestres consecutivos. Embora seja um indicador que permite um acompanhamento corrente do andamento da variável, o cálculo desta taxa de variação é particularmente influenciado por efeitos de natureza sazonal e outros mais específicos localizados num (ou em ambos) dos trimestres comparados.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: 1) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; 2) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado: indivíduo que exerce uma actividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador por conta de outrem: indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como isolado: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para trabalhar(em) com ele. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador por conta própria como empregador: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Nota relativa aos gráficos 1, 5, 11 e 12: A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional (população activa, empregada, desempregada ou inactiva) no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por

$$[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100 \text{ e } [(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100,$$

em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. No exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa.

5. OUTRA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

População total

1. População com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo, por grupo etário e sexo
2. População com 15 e mais anos segundo a condição perante o trabalho, por principal fonte de rendimento
3. População com 15 e mais anos segundo a auto-classificação em termos de ocupação, por condição perante o trabalho
4. População com 15 e mais anos segundo a condição perante o trabalho um ano antes, por condição perante o trabalho actual

População empregada

5. População empregada por actividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo
6. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por situação na profissão principal e sexo
7. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por tipo de duração do trabalho e sexo.
8. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por antiguidade no emprego actual
9. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por tipo de horário de trabalho e sexo
10. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por duração semanal habitual do trabalho e sexo
11. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por experiência anterior de trabalho e sexo
12. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por nível de escolaridade completo e sexo
13. População empregada com experiência anterior de trabalho segundo o sector da última actividade principal, por sector de actividade principal actual (CAE-Rev. 3) e sexo
14. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por exercício de actividade secundária e sexo
15. População empregada com actividade secundária segundo o sector de actividade secundária, por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3)
16. População empregada segundo o sector de actividade principal um ano antes, por sector de actividade principal actual (CAE-Rev. 3)
17. População empregada segundo a situação na profissão principal, por profissão principal (CNP-94)
18. População empregada segundo a situação na profissão principal, por nível de escolaridade completo e sexo
19. População empregada segundo a situação na profissão principal um ano antes, por situação na profissão principal actual e sexo
20. Trabalhadores por conta de outrem segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por tipo de contrato de trabalho e sexo
21. Trabalhadores por conta de outrem por profissão principal (CNP-94) e sexo
22. Trabalhadores por conta de outrem por actividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo
23. Trabalhadores por conta de outrem segundo o tipo de contrato de trabalho um ano antes, por tipo de contrato de trabalho actual

População desempregada

- 24. População desempregada por tipo de desemprego, duração da procura de emprego e sexo
- 25. População desempregada por diligências feitas para encontrar trabalho
- 26. População desempregada à procura de novo emprego por situação na profissão anterior e sexo
- 27. População desempregada à procura de novo emprego por sector da actividade anterior (CAE-Rev. 3) e sexo

Regiões NUTS II

- 28. População total segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por grupo etário e sexo
- 29. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sexo
- 30. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por grupo etário
- 31. População activa segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por nível de escolaridade completo
- 32. População inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por categoria de inactividade
- 33. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por actividade principal (CAE-Rev. 3)
- 34. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por profissão principal (CNP-94)
- 35. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por situação na profissão principal
- 36. Trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3) e escalão de rendimento salarial mensal líquido
- 37. Rendimento salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3)
- 38. População desempregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por tipo de desemprego e duração da procura de emprego
- 39. Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sexo
- 40. Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por grupo etário

Nota: Estes quadros encontram-se exclusivamente disponíveis, em formato Excel e CSV, em:

http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (seleccionando Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2009).

6. TEMA EM ANÁLISE

A história das estatísticas do trabalho em Portugal – O papel do Inquérito ao Emprego

Sónia Torres* – Instituto Nacional de Estatística

1. Introdução

Os primeiros resultados obtidos a partir de um Inquérito ao Emprego realizado em Portugal reportam ao 1º semestre de 1974. Este inquérito semestral foi conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e tinha a designação de *Inquérito Permanente ao Emprego*. Os seus resultados, todavia, só viriam a ser publicados em Abril de 1979, mês em que o INE disponibilizou séries retrospectivas para um conjunto restrito de quadros, desde o 1º semestre de 1974 até ao 2º semestre de 1977.

O lançamento daquele inquérito junto das famílias constituiu um marco importante no historial das estatísticas sobre o mercado de trabalho disponíveis em Portugal. Na verdade, até àquela data, as estatísticas sobre este tema disponíveis no INE provinham essencialmente de duas fontes distintas:¹

- Recenseamentos da População, exaustivos mas de periodicidade decenal;
- Contagens anuais dos efectivos (pessoal ao serviço) nas empresas, do número de inscritos em ordens profissionais ou do número de contribuintes, apuradas pelos Ministérios competentes.

As estatísticas sobre o mercado de trabalho obtidas a partir dos Recenseamentos, ainda que cobrindo a totalidade da população, apenas proporcionavam resultados em cada dez anos, inviabilizando a condução de análises conjunturais sobre o emprego e o desemprego. Além disso, a classificação numa ou noutra situação perante a actividade económica era realizada, de forma espontânea, pelo entrevistado (auto-classificação subjectiva), dada a necessidade de tornar o questionário simples.

* As opiniões expressas no *Tema em Análise* são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.

Este artigo é uma versão actualizada do texto que foi publicado por ocasião da comemoração dos 70 anos do Instituto Nacional de Estatística, em 2005.

¹ Existiam também estatísticas para o desemprego registado e ofertas de trabalho não preenchidas, publicadas periodicamente pelo Ministério do Trabalho (Secretaria de Estado da População e Emprego), mas que se pensava subestimarem os fenómenos que pretendiam medir.

Ao contrário, no *Inquérito ao Emprego* existe um conjunto de questões factuais reportadas a uma semana bem determinada (a semana de referência), conduzidas por um entrevistador formado para o efeito, que permite, de forma objectiva e comparável, determinar a situação perante a actividade económica dos inquiridos segundo as definições internacionais.

Por fim, apesar dos Recenseamentos permitirem, mediante o cruzamento de algumas variáveis, a caracterização do perfil dos indivíduos que se encontram nos estados de empregado, desempregado ou inactivo, não permitem descrever com maior detalhe cada um destes estados.

Por seu turno, as estatísticas apontadas no segundo ponto, apesar de disponíveis anualmente nos *Anuários Estatísticos* desde 1935 (ano do primeiro Anuário editado pelo INE), permitiam apenas obter contagens do número de indivíduos por sector de actividade ou categoria profissional, o que era manifestamente insuficiente para uma boa caracterização do estado e da evolução do mercado de trabalho em Portugal. Para além disso, não estava garantida a comparabilidade internacional.

Um *Inquérito ao Emprego*, por amostra, viria permitir contabilizar o número de pessoas empregadas, desempregadas e inactivas, na perspectiva das famílias (vertente “oferta” do mercado de trabalho), segundo os critérios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e caracterizar as populações em cada uma das situações referidas, segundo o sexo, o grupo etário, o nível de instrução, a categoria social e outras características pessoais ou da entidade empregadora, de uma forma regular. Esta preocupação com a disponibilização de estatísticas de forma regular sobre o mercado de trabalho encontra-se explícita na adição da designação de “permanente” ao nome do inquérito.

Por um lado, o lançamento de um *Inquérito ao Emprego* em Portugal, nos anos setenta, visava dar resposta a uma necessidade interna de informação infra-anual e detalhada sobre os movimentos no mercado de trabalho. Por outro lado, ele foi também o resultado de solicitações internacionais, como as da OIT, que procuraram lançar inquéritos ao emprego em alguns países industrializados (ou de harmonizar procedimentos, naqueles onde já existiam), de modo a permitir um acompanhamento mais regular de um fenómeno que, desde o primeiro choque petrolífero, de 1973, começava a ganhar expressão, sobretudo na Europa: o desemprego.

Desde o seu nascimento, foram introduzidas inúmeras alterações nas várias versões do *Inquérito ao Emprego* em Portugal, como a maior frequência na difusão (que é hoje trimestral, estando em estudo a possibilidade futura

de uma difusão mensal), o plano de amostragem, o questionário e os processos cada vez mais eficientes de recolha, de registo e de cálculo de estimativas. Ao mesmo tempo, a história do *Inquérito ao Emprego* está estreitamente ligada à história, esta mais antiga, dos próprios conceitos de população activa e de desemprego. Na verdade, a definição e a medida destes fenómenos evoluíram em paralelo com as modificações que as recomendações internacionais foram exigindo. Podem ser contadas, então, duas histórias do *Inquérito ao Emprego* em Portugal:

- uma história sobre a evolução de todo o dispositivo de produção, implementado de modo a permitir obter medidas, o mais rápida e rigorosamente possível, do número de empregados e de desempregados e das suas características;
- uma outra história sobre a evolução dos conceitos.

2. A história do *Inquérito ao Emprego* em Portugal

A produção do *Inquérito ao Emprego* assenta num dispositivo complexo, que vai desde a definição do questionário até à análise dos resultados e à sua publicação, passando pela extracção da amostra a partir de uma amostra-mãe de alojamentos (que, por sua vez, é obtida a partir dos Recenseamentos da População), pela recolha da informação e transmissão a um centro único, pela codificação dos dados recolhidos e pelo cálculo de estimativas várias. Neste processo, intervêm pessoas com qualificações diversas: entrevistadores, especialistas em estatística, sociólogos, economistas, informáticos, etc. Os agentes envolvidos têm como prioridade encontrar um número, cada vez mais preciso, para cada um dos indicadores que se pretende acompanhar, bem como reduzir os desfasamentos temporais na sua obtenção. A história do *Inquérito ao Emprego* é antes de mais, a história da busca de uma melhor eficiência e eficácia, que podem ser avaliadas a partir dos seguintes indicadores:

- 1) a frequência do inquérito;
- 2) a diversidade e a coerência do conteúdo do questionário;
- 3) a precisão das estimativas;
- 4) o desfasamento entre recolha e a difusão dos resultados,

estando os agentes envolvidos permanentemente sujeitos a exercícios de custo/benefício dos trabalhos (com restrições de recursos incluídas) e à necessidade de garantir a comparabilidade internacional dos resultados obtidos.

Os primeiros números extraídos do Inquérito Permanente ao Emprego reportam ao 1º semestre de 1974

Se, nas décadas de trinta a cinquenta, o desemprego em Portugal era um fenómeno residual², na década de setenta, ele assumia já uma dimensão assinalável. Para este facto contribuíram, no contexto externo, as consequências do primeiro choque petrolífero e, no contexto interno, a intensificação do regresso de pessoas das ex-colónias de África. No entanto, as estatísticas do emprego e do desemprego existentes eram claramente insuficientes para uma boa caracterização do fenómeno.

O planeamento da realização de um *Inquérito ao Emprego* em Portugal foi iniciado em 1968 por um grupo de trabalho criado pelo Ministro de Estado Adjunto da Presidência do Conselho, o qual era constituído por técnicos do INE, do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra e do Secretariado Técnico. Este grupo de trabalho apresentou propostas sobre o desenho dos questionários, os conceitos envolvidos e os quadros de apuramentos, bem como um esboço do plano de amostragem. No início de 1970, o Conselho Nacional de Estatística encarregou a Comissão Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, constituída por representantes do INE e de diversos Ministérios, de dar continuidade às actividades de planeamento entretanto iniciadas. O trabalho desta Comissão deu origem a uma resolução do Conselho Nacional de Estatística que, depois de homologada pelo Ministro de Estado em Dezembro do mesmo ano, passou a constituir a base legal que fundamentou o *Inquérito Permanente ao Emprego*.

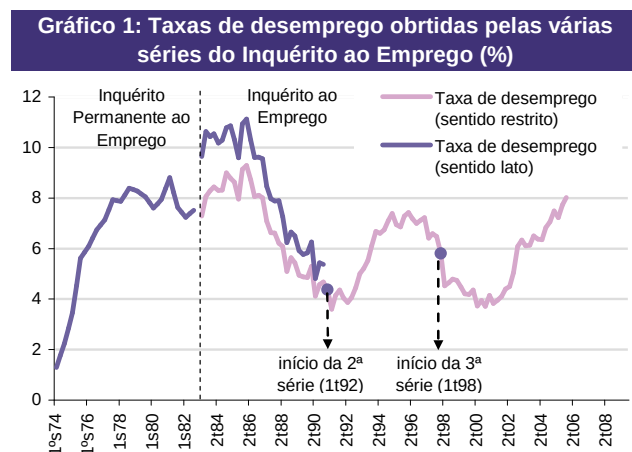
O *Inquérito Permanente ao Emprego* veio permitir obter estimativas semestrais sobre o emprego, o desemprego e inactividade dos residentes no território português do Continente. A difusão, embora estivesse restringida a um número limitado de quadros em papel, constituía já um salto qualitativo face àquilo que estava disponível anteriormente. Na verdade, havia agora informação sobre a população total, activa, empregada, desempregada (à procura de primeiro e de novo emprego), as forças armadas e a população inactiva, por grupo etário, sexo, profissões, ramos de actividade, situação na profissão (patrões, isolados, trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores familiares não remunerados) e escalões de horas de trabalho, para a população empregada por sexo. A amostra incluía cerca de 13,3 mil alojamentos (Quadro 1, no Anexo) e tinha sido construída a partir do Recenseamento de 1970.³ Os conceitos subjacentes

² Defende-se, por vezes, que Portugal, à semelhança de outros países europeus, beneficiou de *pleno-emprego* neste período, situação que contrasta largamente com o que se vivia nos EUA, no rescaldo da Grande Depressão dos anos trinta. Esta circunstância ajuda a compreender a razão pela qual os EUA já dispunham de um inquérito ao emprego mensal naquela altura (o *Current Population Survey*, ainda existente).

³ Por esta razão, não foram consideradas as famílias que viviam em "convivências", o que se crê que veio a distorcer os resultados, nos anos de 1974 e 1975, conhecida a dimensão do

eram também os do Recenseamento, os quais diferiam substancialmente daqueles que faziam parte das recomendações internacionais (Quadro 1). As respostas eram obtidas por entrevista directa realizada por um grupo de 24 agentes supervisionados por 4 agentes principais.

Entre os resultados obtidos a partir deste inquérito, foi possível concluir que, entre o 1º semestre de 1974 e o 2º semestre de 1982 (data que marca o fim desta série), o número de desempregados no Continente passou de 47 mil para 321 mil e que a taxa de desemprego passou de 1,3% para 7,5% (Gráfico 1).



O Inquérito ao Emprego, lançado no 2º trimestre de 1983, veio substituir o anterior Inquérito Permanente ao Emprego, produzindo resultados trimestrais e mais detalhados. A principal novidade deste inquérito foi a aproximação aos Inquéritos Comunitários às Forças de Trabalho

No processo de preparação da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, no domínio do Sistema Estatístico Nacional, foi celebrado um contrato com o Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (SECE; futuro Eurostat) em Julho de 1980⁴, no montante de 30 000 ECU, para custear os trabalhos a realizar pelo INE para a harmonização do *Inquérito Permanente ao Emprego* com o *Inquérito Comunitário às Forças de Trabalho*. Em Fevereiro de 1981, foi apresentado, no INE, um inquérito piloto, no qual os conceitos utilizados se aproximavam já dos que tinham sido adoptados na XIIIª Conferência dos Estatísticos do Trabalho, em Outubro de 1982, assim como dos que eram utilizados no *Inquérito Comunitário às Forças de Trabalho*, facilitando as comparações internacionais.

As principais novidades deste inquérito, que começou a produzir resultados sobre o 2º trimestre de 1983,

prenderam-se com a periodicidade trimestral dos resultados, em vez de semestral, a adopção dos conceitos internacionais e o âmbito geográfico, que passou a incluir as Regiões Autónomas (Quadro 1). Neste inquérito foram envolvidos 104 agentes, o que se justifica pelo forte aumento da dimensão da amostra (para o triplo, abrangendo cerca de 36,2 mil unidades de alojamento), que foi definida a partir do Recenseamento de 1981. Pretendia-se com estas alterações metodológicas aumentar a precisão dos estimadores e, por outro lado, vir a publicar informação mais detalhada. Na verdade, a dimensão do novo questionário aumentou de 23 para 56 questões, com a inclusão de um conjunto de questões novas relacionadas com a segunda actividade, com as medidas de subemprego (como o trabalho a tempo completo e parcial), que possibilitassem uma melhor descrição dos empregados (por tipo de contrato, horas efectivas e extraordinárias, etc.) e dos desempregados (por duração e razões da procura, disponibilidade e diligências realizadas), bem como dos processos de mobilidade (avaliando a situação dos indivíduos um ano antes). Também foi incluída uma questão relativa ao salário líquido mensal por escalão que, pela primeira vez, viria a permitir o cruzamento dos salários com outras variáveis do mercado de trabalho só obtidas a partir do *Inquérito ao Emprego*.⁵ A estas alterações não foram alheios os seguintes factos: ao nível interno, as alterações no sistema político português com repercussões nos sistemas económico e social, e a necessidade de dar resposta estatística às transformações sociais que estavam a ocorrer; ao nível internacional, a ratificação de inúmeras convenções da OIT, nos anos setenta e oitenta, implicava a avaliação futura da sua aplicação. Entretanto, o grupo etário de referência da população activa subia agora para 12 e mais anos.

A partir dos resultados obtidos com esta série (que durou até ao 4º trimestre de 1991) foi possível estimar o número de desempregados em sentido lato e em sentido restrito (notas 6 e 7, adiante). No 2º trimestre de 1983, estes números eram, respectivamente, 444,2 mil e 327,3 mil indivíduos e as taxas de desemprego respectivas de 9,6% e 7,3%. Até ao final de 1991, quando terminou esta série, observou-se uma fase descendente no ciclo do desemprego em Portugal (Gráfico 1), mas nunca viriam a ser recuperados os níveis de desemprego anteriores à ocorrência dos dois choques petrolíferos, de 1973/74 e 1978/80. O desemprego tornara-se, nos países europeus, um fenómeno persistente, merecedor de análise detalhada.

efeito do regresso das pessoas das ex-colónias. Os resultados, todavia, viriam a estabilizar nos anos seguintes.

⁴ Em 1960, o SECE realizou o primeiro *Inquérito Harmonizado às Forças de Trabalho*. Em 1968, passou a realizá-lo numa base anual.

⁵ Consultar a Caixa 1, para uma breve descrição das estatísticas sobre salários disponíveis em Portugal até então.

No 1º trimestre de 1992 foi iniciada a 2ª série do Inquérito ao Emprego. A melhoria das técnicas e a regionalização foram as grandes novidades dos anos noventa

A necessidade de acompanhar as novas realidades sociais no âmbito do mercado de trabalho ditaram um novo desenho do *Inquérito ao Emprego* a partir do 1º trimestre de 1992 (2ª série). O questionário estendia-se agora a 174 questões, entre as quais se destacavam as que integram capítulos novos relacionados com a formação e a instrução, por um lado, e a experiência anterior dos indivíduos sem emprego, por outro. Também foi introduzido um maior detalhe nos temas anteriormente abordados, como foi o caso da introdução de questões sobre o subemprego visível, a existência de turnos e de trabalho em horários pouco habituais ou nos fins-de-semana, o local de exercício da profissão e a deficiência, entre outras.

Ao nível dos processos, importa destacar que as entrevistas passaram a ser conduzidas, por parte do entrevistador, com computador pessoal portátil (CAPI: *Computer Assisted Personal Interviewing*) equipado com *software* adequado à recolha de informação, o que permitia aos entrevistadores dispor de informação prévia sobre os alojamentos a inquirir. Esta novidade veio proporcionar uma maior rapidez na entrevista e na passagem à fase do tratamento e análise dos dados, sem contar com as inúmeras vantagens relacionadas com a possibilidade de validação, no momento da entrevista, de algumas respostas, bem como a redução de erros relacionados com faltas e duplicações. Nestas operações estavam envolvidos 137 entrevistadores.

Os principais progressos introduzidos nesta série do *Inquérito ao Emprego*, para além da modificação do plano amostral, foram a adição de inúmeras questões novas, a possibilidade de apuramentos por região NUTS II e o carácter semi-longitudinal conferido às bases de dados (que permite, por exemplo, calcular estimativas de fluxos de trabalhadores entre estados do mercado de trabalho), através da introdução de um esquema de rotações. O plano amostral envolvia agora cerca de 22 mil unidades de alojamentos, seleccionadas a partir da amostra-mãe construída tendo por base o Recenseamento de 1991, e que definia ponderadores por região NUTS II, em contraste com os ponderadores nacionais da série anterior. O grupo etário de referência da população activa era agora 14 e mais anos.

No 1º trimestre de 1998, o INE iniciou uma 3ª série do *Inquérito ao Emprego*. Nesta série, a recolha da informação passou a ser distribuída uniformemente pelas 13 semanas do trimestre, permitindo obter resultados intercalares referentes a quaisquer 13 semanas consecutivas. A amostra passou a integrar 20 747 unidades de alojamento, tendo por base a amostra-mãe de 1996 (em 2004, a amostra-mãe foi actualizada, tendo por base os resultados já disponíveis do Recenseamento de 2001, e a amostra do *Inquérito ao Emprego* passou a

ser composta por 22 554 alojamentos). Nesta série, foi também conferido um maior detalhe às questões relacionadas com rendimentos e salários. A título de exemplo, as questões sobre este tema passaram a ser questões abertas. A idade mínima de referência da população activa subia para os 15 anos.

Os inquéritos ad-hoc, iniciados em 1999, permitiram aprofundar alguns temas

Uma outra novidade que caracterizou o *Inquérito ao Emprego* foi a incorporação, desde 1999, num dos trimestres do ano, de pequenos questionários temáticos complementares e de pequena dimensão (mini-inquéritos ou módulos *ad-hoc*). Estes inquéritos, acoplados aos *Inquéritos ao Emprego* de cada país da União Europeia, debruçam-se sobre temas que são decididos por acordo dos Estados-membros e que têm por objectivo dar resposta a solicitações políticas urgentes e pontuais. O conteúdo dos módulos é definido pelos grupos de trabalho constituídos por técnicos de estatística e especialistas de vários países. No Quadro 2 (no Anexo), apresentam-se os temas acordados para o período de 1999 a 2015.

Estes inquéritos apresentam como vantagem o facto de envolverem custos muito reduzidos quando comparados com os da opção alternativa de realizar um inquérito autónomo sobre o tema a estudar. Além disso, funcionam como laboratório experimental para a introdução de novas variáveis no questionário fixo e permitem estudar realidades do mercado de trabalho que, na sua ausência, escapam à observação dos analistas.

3. A história do conceito de desempregado em Portugal

Ao longo do tempo, assiste-se simultaneamente a uma tentativa de harmonizar os conceitos subjacentes aos Inquéritos ao Emprego de cada país, permitindo comparações internacionais, e à minimização dos erros de classificação das situações marginais, conferindo maior rigor e objectividade aos conceitos

A história do *Inquérito ao Emprego* em Portugal é, antes de mais, a história da evolução de todo o dispositivo de produção na identificação, da forma mais eficiente possível, do número de empregados e de desempregados e das suas características. Mas a história do *Inquérito ao Emprego* em Portugal é também a história das alterações no conteúdo dos questionários e nos conceitos que os suportam por forma a ir dando resposta às solicitações que vão emergindo, respeitantes a fenómenos que carecem de quantificação e explicação, nos contextos interno e internacional.

Os conceitos utilizados no *Inquérito Permanente ao Emprego* foram os mesmos que tinham sido adoptados no *Recenseamento da População de 1970*, não tendo sido seguidas integralmente as recomendações da OIT

adoptadas na VIIIª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, realizada em Novembro e Dezembro de 1954. Estas definições tinham tido origem, por sua vez, nas utilizadas pelo Ministério do Trabalho dos EUA, na sequência da crise dos anos trinta. Os critérios para ser considerado desempregado, de acordo com essas recomendações, eram os seguintes, para indivíduos com uma idade mínima a estabelecer: 1) estar sem emprego; 2) estar apto e disponível para trabalhar e 3) procurar um emprego assalariado. De acordo com o *Inquérito Permanente ao Emprego*, no entanto, eram considerados desempregados os indivíduos com idade mínima de 10 anos que não tinham exercido qualquer actividade na semana de referência e que não tinham um emprego regular ou sazonal (ou que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência ou que tinham um emprego regular ou sazonal no qual trabalhavam menos de 15 horas) e que tinham feito diligências para encontrar emprego (por exemplo, tinham contactado um Centro de Emprego ou uma agência privada, tinham estabelecido contactos particulares).

O *Inquérito ao Emprego*, iniciado no 2º trimestre de 1982, já teve em consideração as recomendações da OIT adoptadas na XIIIª Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho, realizada em Outubro de 1982. O esforço de aproximação às definições internacionais foi comum à generalidade dos países comunitários. Importa referir que as recomendações da OIT eram gerais, devendo ser interpretadas em função dos contextos de cada país. Nos anos noventa, foram conduzidos esforços no sentido de harmonizar também a interpretação daquelas recomendações pelos vários países. Excluindo os limites etários, aqueles conceitos mantiveram-se até aos dias de hoje, tornando os resultados do *Inquérito ao Emprego* dos vários países europeus comparáveis entre si e no tempo.

A maior precisão crescentemente imposta nas definições, traduzida, na prática, pela existência de questões muito claras e factuais no questionário do *Inquérito ao Emprego*, veio permitir descrever melhor as situações de fronteira que se colocam na classificação dos indivíduos pelos vários estados do mercado de trabalho: emprego, desemprego e inactividade. Estes indivíduos, que transitam frequentemente entre estes estados, são hoje alvo de estudo de um capítulo importante da economia de trabalho e o desenho actual do questionário do *Inquérito ao Emprego* permite contabilizar o seu número, bem como calcular taxas de desemprego “alargadas” à inclusão dos indivíduos que se encontram numa situação de desemprego “escondido” (inactivos desencorajados e empregados a trabalhar menos horas do que o que desejariam – o subemprego visível).

4. Alguns números...

- Entre 1975 e 2008, assistiu-se a um acréscimo na participação no mercado de trabalho, sobretudo de mulheres (Gráfico 2). A taxa de actividade passou de

43,9%, em 1975 (Continente; população com 10 e mais anos), para 62,5%, em 2008 (Portugal; população com 15 e mais anos), aumentando 18,6 pontos percentuais (p.p.) no espaço de 23 anos. No caso das mulheres, a taxa de actividade aumentou 23,6 p.p., aproximando-se da taxa específica dos homens. A mão-de-obra tornara-se mais feminina.

- Se se comparar a proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato permanente entre 1984 (primeiro ano para o qual existe este tipo de informação para Portugal; população com 12 e mais anos) e 2008, verifica-se que ela diminuiu fortemente para ambos os sexos, continuando a ser mais baixa entre as mulheres (Gráfico 3).
- O desemprego (em sentido lato), sendo embora uma variável de comportamento cíclico, diminuiu entre os dois momentos de tempo considerados (de 478 mil para 427 mil indivíduos). No entanto, a sua composição alterou-se em favor da maior proporção de desempregados de longa duração (à procura de emprego há 12 e mais meses), entre 1984 e 2005, de 37,4% para 49,9%. Este aumento verificou-se em ambos os sexos, sendo que esta proporção é agora maior entre os homens (Gráfico 4).
- Portugal apresentava, em 2008, uma das taxas de desemprego mais altas dos países comunitários (Gráfico 5), superior à média da União Europeia (27 países), dos EUA e do Japão. Em 2008, a taxa de desemprego em Portugal era de 8,1% e eram seis os países com valores superiores: Eslováquia (11,1%), Polónia (9,6%), Alemanha (8,4%), Espanha, França e Grécia (todos com 8,3%).

Gráfico 2: Taxa de actividade (população com 15 e mais anos), por sexo, em 1975 e 2008 (%)

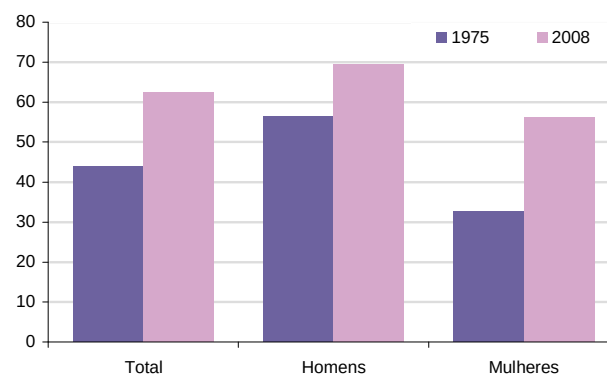
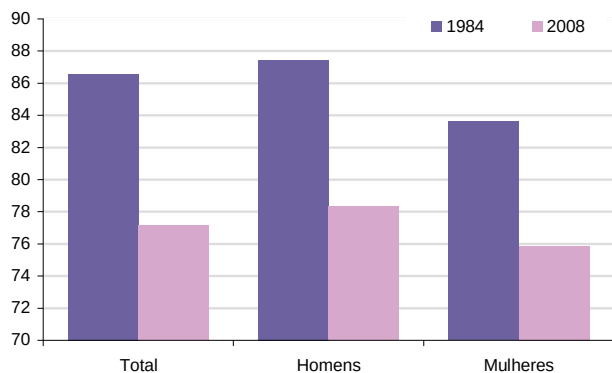
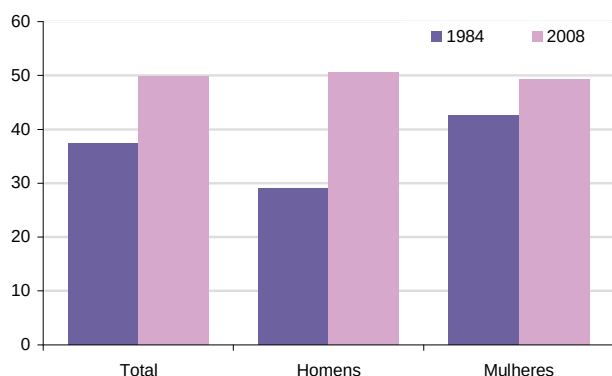
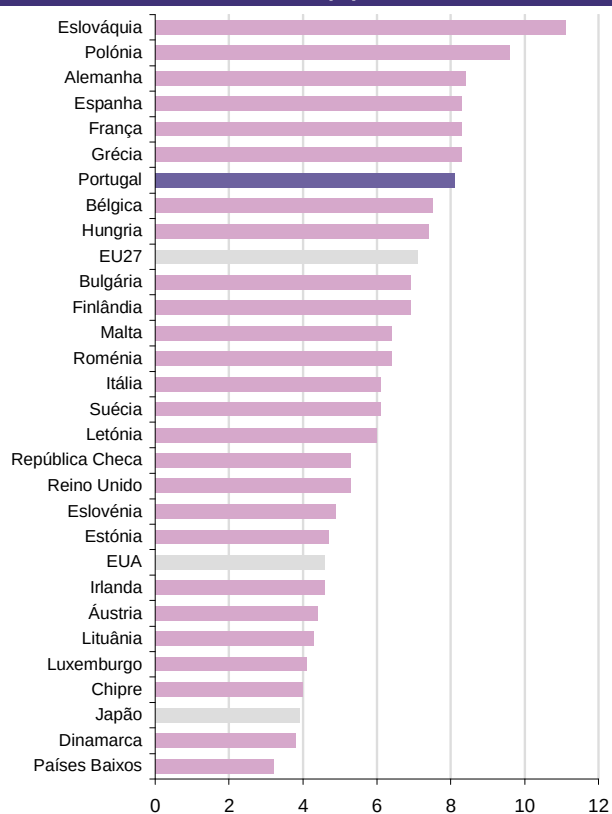


Gráfico 3: Trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo, por sexo, em 1984 e 2008 (%)**Gráfico 4: Desempregados de longa duração (12 e mais meses de procura), por sexo, em 1984 e 2008 (%)****Gráfico 5: Taxas de desemprego harmonizadas (25 e mais anos) na União Europeia (27 países), EUA e Japão, em 2007 (%)**

5. Bibliografia

Angelo, Vitor. 1977. *Indicadores sociais relativos à questão do emprego. Uma proposição teórica*. INE, Lisboa, Janeiro.

Goux, Dominique. 2003. "Une histoire de l'Enquête Emploi", *Économie et Statistique*, n.º 362, pp. 41-57.

INE. 1982. *Estudo de aproximação do Inquérito ao Emprego (Portugal) ao Inquérito às Forças de Trabalho (CEE)*, Lisboa, Novembro.

INE. 1981. *Inquérito Piloto ao Emprego*. Lisboa, Fevereiro.

INE. 1993. *Inquérito ao Emprego Anos 90. Metodologia*. Série Estudos, n.º 66.

Pinto, Amílcar. 1974. *Uma nota sobre a metodologia do Inquérito Permanente ao Emprego*. INE, Série Estudos, n.º 47.

Saraiva, José Luís Ferreira. 1981. "Fontes utilizadas para a medida do desemprego". INE, *Boletim Mensal de Estatística*, n.º 11.

Documentos de trabalho internos elaborados pelas equipas do *Inquérito ao Emprego* do INE.

6. Anexos

Quadro 1: Principais características dos Inquéritos ao Emprego desde 1974										
Data de referência da informação	Designação	Periodicidade	Dimensão da amostra	Tipo de amostra	Rotação da amostra	Recolha da informação	Desagregação geográfica	Idade de referência da população activa	Nomenclaturas utilizadas para actividades e profissões	Outras características
1º sem. 1974 a 2º sem. 1982	Inquérito Permanente ao Emprego	Semestral	Cerca de 13,3 mil unidades de alojamento	Areolar (a partir dos Censos de 1970); Uma amostra para trimestres pares e outra para os trimestres ímpares	-	-	Continente	10 e mais anos	CAE-Rev.1; CIP68	Difusão limitada a um número restrito de quadros em papel
2º trim. 1983 a 4º trim. 1991	Inquérito ao Emprego - 1ª série	Trimestral	Cerca de 36,2 mil unidades de alojamento	Areolar (a partir dos Censos de 1981); Ponderador nacional	1/4 por trimestre	A longo de 5 semanas do trimestre	Portugal	12 e mais anos	CAE-Rev.1; CIP68	Conceitos mais próximos dos recomendados pela Organização Internacional do Trabalho
1º trim. 1992 a 4º trim. 1997	Inquérito ao Emprego - 2ª série	Trimestral	Cerca de 22 mil unidades de alojamento	Probabilística areolar multietápica (a partir dos Censos de 1991); Ponderadores por região NUTS II	1/6 por trimestre	A longo de 6 semanas do trimestre	Portugal e NUTS II	14 e mais anos	NACE-Rev.1; CIP88	Introdução da CAPI (<i>Computer Assisted Personal Interviewing</i>); Codificação assistida das actividades e profissões
desde o 1º trim. 1998	Inquérito ao Emprego - 3ª série	Trimestral	20 747 unidades de alojamento (22 554, desde 2004)	Probabilística areolar multietápica (a partir da amostra-mãe de 1996, até 2003; a partir dos Censos de 2001, desde 2003); Ponderadores por região NUTS II, sexo e grupos etários quinquenais	1/6 por trimestre	Distribuição uniforme das secções pelas 13 semanas do trimestre	Portugal e NUTS II	15 e mais anos	CAE-Rev.2 (CAE-Rev. 2.1, desde 2003; CAE-Rev. 3, desde 2008); CNP94	Cumprimento integral do Regulamento (CE) n.º 577/98, do Conselho

Os módulos <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego, de 1999 a 2015			
Data de realização (a)	Tema	Dimensão da amostra (unidades de alojamento)	População alvo
1999	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	20 747	Empregados e não empregados com experiência anterior de trabalho nos últimos 12 meses
2000	Transição da escola para a vida activa	20 747	Indivíduos com idade dos 15 aos 35 anos que tenham, nos últimos 10 anos (entre 1990 e 2000), abandonado ou interrompido, por mais de um ano, o ensino
2001	Caracterização do horário e da duração de trabalho	20 747	Trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores por conta própria
2002	Emprego das pessoas com deficiência	20 747	Indivíduos com idade dos 16 aos 64 anos
2003	Aprendizagem ao longo da vida	21 242	Indivíduos com 15 e mais anos
2004	Organização do trabalho e do tempo de trabalho	22 554	Trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores por conta própria
2005	Conciliação da vida profissional com a vida familiar	22 554	Indivíduos com idade dos 15 aos 64 anos
2006	Transição para a reforma	22 554	Indivíduos com idade dos 50 aos 69 anos
2007	Acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho	22 554	Empregados e não empregados com experiência anterior de trabalho
2008	Situação dos migrantes e seus descendentes directos no mercado de trabalho	22 554	Indivíduos com idade dos 15 aos 74 anos (com ou sem nacionalidade Portuguesa, dependendo das questões)
2009	Entrada dos jovens no mercado de trabalho	22 554	Indivíduos com idade dos 15 aos 34 anos
2010	Conciliação da vida profissional com a vida familiar	22 554	Indivíduos com idade dos 15 aos 64 anos
2011	Emprego das pessoas com deficiência	Em estudo	
2012	Transição para a reforma	Em estudo	
2013	Acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho	Em estudo	
2014	Situação dos migrantes e seus descendentes directos no mercado de trabalho	Em estudo	
2015	Organização do trabalho e do tempo de trabalho	Em estudo	

(a) 2º trimestre de cada ano.

Caixa 1: A história resumida das estatísticas dos salários em Portugal

O mercado de trabalho, como qualquer mercado, envolve quantidades (número de empregados, de desempregados, de horas trabalhadas, etc.) e preços (remunerações, salários e compensações de vários tipos). O *Inquérito ao Emprego* veio dar resposta, em Portugal, à procura de uma melhor caracterização das quantidades, na perspectiva da oferta de trabalho por parte dos indivíduos. Nos anos mais recentes, o *Inquérito ao Emprego* passou a incluir também um pequeno número de questões adicionais sobre rendimentos.

Em todo o caso, as estatísticas sobre salários têm uma longa tradição no INE. Desde a sua fundação, nos anos trinta, que têm vindo a ser publicadas regularmente estatísticas sobre salários no *Anuário Estatístico* e no *Boletim Mensal de Estatística*, ainda que pouco detalhadas.

Nos anos setenta e oitenta, para dar resposta à evolução dos ganhos e dispor de mais informação sobre a despesa com o emprego de mão-de-obra, indispensável para definir políticas de rendimentos e de trabalho, ao nível interno, e para dar resposta às solicitações internacionais, no plano externo, o INE lançou o *Inquérito ao Custo da Mão-de-Obra* e o *Inquérito aos Ganhos*, bem como procedeu à publicação regular (anual e semestral) dos seus resultados de 1980 a 1988. Ambos os inquéritos eram dirigidos às empresas, e não aos membros das famílias, como no *Inquérito ao Emprego*, e a partir de cada um deles tornava-se possível extrair a seguinte informação:

- ***Inquérito ao Custo da Mão-de-Obra***: custo total (horário e mensal) da mão-de-obra (desagregado em custos directos, indirectos e por natureza da despesa) por ramo de actividade, dimensão da empresa e categoria profissional.
- ***Inquérito aos Ganhos***: ganhos médios anuais, pessoal ao serviço médio anual e duração média anual do trabalho (efectiva e normal) por ramo de actividade, dimensão da empresa e categoria profissional.

A partir de 1989, o INE delegou no Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e Segurança Social a execução dos *Inquéritos de Ganhos* (ao abrigo da Portaria n.º 380/88, de 25 de Maio).

Desde o 1º trimestre de 1996, o INE passou a produzir o *Índice do Custo do Trabalho*, de periodicidade trimestral, por recomendação do Eurostat, de onde se pode extrair informação sobre o andamento dos custos do trabalho por sectores de actividade, grupos profissionais e regiões NUTS II.

A partir do 2º trimestre de 1983, também o *Inquérito ao Emprego* passou a incluir uma questão sobre o salário líquido mensal por escalão. Esta questão viria a permitir o cruzamento dos salários dos indivíduos (mas, ao contrário dos inquéritos anteriores, na perspectiva da oferta de trabalho) com variáveis que permitem descrever o mercado de trabalho que só são obtidas a partir dele. Nos anos subsequentes, foram acrescentadas questões relativas a outro tipo de ganhos e passou-se de uma questão por escalão para uma questão aberta.

Caixa 2: A definição de população activa e desempregada nos Recenseamentos da População, de 1930 a 2001

O texto de análise de resultados, sobre a população segundo a profissão, do ***Censo da População de Portugal de 1930***, começa assim:

"Dos 3 255 876 indivíduos do sexo masculino recenseados, 2 026 064 exerciam uma profissão lucrativa. Para os indivíduos do sexo feminino, num total de 3 570 007, contaram-se 751 731 exercendo uma profissão lucrativa, auferindo ganhos. Contando como activos os parentes e as mulheres dos chefes de família cuidando do arranjo de suas casas, em Dezembro de 1930, na ocasião do recenseamento, exerciam uma actividade profissional 3 947 260 indivíduos, 2 039 210 varões e 1 908 086 fêmeas. À custa destes viviam 2 878 587 indivíduos, 1 216 666 varões e 1 661 921 fêmeas."

Cap. IX: A População segundo a profissão

Este Recenseamento, que foi o último conduzido pela Direcção Geral de Estatística, contabilizava então 3 947 296 activos (indivíduos com profissão lucrativa e parentes) e 2 878 587 inactivos. Nesta altura, eram frequentes as incorrecções de classificação, que conduziram à inclusão de parte da população inactiva (nomeadamente os indivíduos que viviam de rendimentos, como as domésticas e os reformados) na população activa. Também não era clara a distinção entre ter uma profissão (o que não obstava à circunstância do indivíduo poder estar empregado ou não) e ter uma ocupação, pelo que não eram contabilizados os indivíduos desempregados.

No ***VIII Recenseamento Geral da População de 1940***, o primeiro a ser realizado pelo INE com um apoio governamental considerável, a população com idade igual ou superior a 10 anos já era dividida em população activa (que, por sua vez, se subdividia em população que exercia uma actividade e a que tinha uma condição susceptível de proveito económico imediato), população desempregada (contabilizada à parte da população activa), população inválida e inactiva. A proporção de desempregados no total de activos e desempregados era de 2,4%. Era considerado desempregado o

indivíduo com 10 e mais anos que já tinha exercido uma profissão (excluindo, portanto, a procura de primeiro emprego) e que procurava empregar-se novamente estando em condições físicas de o fazer (mais próximo daquilo que se designa por “desemprego em sentido lato”, cf. notas 9. e 10.).

No ***IX Recenseamento Geral da População de 1950***, os conceitos eram semelhantes aos de 1940, com excepção do limite etário para ser considerado activo, que subiu para os 12 e mais anos. A população activa dividia-se agora em população com profissão e população com ocupação, cujos conceitos permaneciam vagos neste Recenseamento. Foi introduzida a técnica da questão fechada, o que permitiu reduzir o impacto negativo da auto-classificação subjectiva. A taxa de desemprego resultante era agora de 1,5%.

No ***X Recenseamento Geral da População de 1960***, a população desempregada passou a fazer parte da população activa, juntamente com o Serviço Militar Obrigatório, a população com ocupação e a população com profissão, e regressou-se ao limite dos 10 e mais anos. A população desempregada passou também a incluir os desempregados à procura de primeiro emprego (mais próximo do conceito actual). A taxa de desemprego fixou-se nos 0,9%.

No ***XI Recenseamento da População de 1970***, fazem parte da população activa os activos a exercerem uma profissão, o Serviço Militar Obrigatório e os desempregados. O limite etário para ser considerado activo subiu para os 12 e mais anos e é possível calcular uma taxa de desemprego de 2,7%.

No ***XII Recenseamento Geral da População de 1981***, os desempregados passaram a ser contabilizados em relação a uma semana de referência e foram seguidas as recomendações internacionais da ONU e da CEE. A população com 12 e mais anos dividia-se em população com actividade económica (a exercer profissão, desempregada ou militares de carreira) e sem actividade económica. A taxa de desemprego resultante seria agora de 6,8%, bastante superior às obtidas a partir dos Recenseamentos anteriores, mesmo considerando que tinham conceitos subjacentes diferentes.

No ***XIII Recenseamento Geral da População de 1991*** surgiu, pela primeira vez, a diferença entre desempregado (activo) em sentido lato⁹ e em sentido restrito¹⁰, que se manteve no ***XIV Recenseamento Geral da População de 2001***. No primeiro, a idade mínima para ser considerado activo era de 12 anos, enquanto que no segundo era 15 anos. A taxa de desemprego em sentido lato, em 1991, era de 6,1% e em sentido restrito 5,3%. Em 2001, as duas taxas eram, respectivamente, 6,8% e 6,0%. Importa, ainda, salientar que a definição de empregado surgiu, pela primeira vez, explicitamente no Recenseamento de 2001.¹¹

⁹ **Desempregado em sentido lato**: indivíduo com idade mínima especificada que não está empregado, a frequentar o ensino obrigatório e que, na semana de referência, se encontrava, nas situações seguintes: 1) sem trabalho, ou seja, sem emprego, remunerado ou não; 2) disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

¹⁰ **Desempregado em sentido restrito**: indivíduo que preenche as condições explicitadas na nota anterior e ainda uma terceira condição: 3) procurou trabalho, ou seja, fez diligências para encontrar um emprego, remunerado ou não. Esta última condição (da procura efectiva de trabalho) faz parte das definições modernas de desempregado e tem origem nas teorias de *search* (teorias que explicam o desemprego pela intensidade da procura de trabalho dos indivíduos).

¹¹ **Empregado**: indivíduo com 15 e mais anos de idade que, na semana de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha trabalhado durante pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha um emprego e não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu emprego; 3) tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica.

“Tema em análise” já publicados nas *Estatísticas do Emprego*

1º trimestre 2006	O Inquérito ao Emprego: o que é e para que serve? Maria José Correia e Francisco Lima
2º trimestre 2006	A avaliação do desemprego pelo Inquérito ao Emprego Maria José Correia e Francisco Lima
3º trimestre 2006	Medidas alternativas à taxa de desemprego oficial: a consideração dos inactivos desencorajados e do subemprego visível Sónia Torres
4º trimestre 2006	Fluxos trimestrais de indivíduos entre estados no mercado de trabalho Sónia Torres
1º trimestre 2007	Os módulos <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego. Principais resultados do módulo <i>ad hoc</i> de 2005 – Conciliação da vida profissional com a vida familiar Sónia Torres
2º trimestre 2007	A medida dos salários a partir do Inquérito ao Emprego Sónia Torres
3º trimestre 2007	A operacionalização dos conceitos Empregado e Desempregado no Inquérito ao Emprego Maria José Correia e Ana Neves
4º trimestre 2007	População empregada e desempregada por nível de escolaridade – breve análise descritiva Sónia Torres
1º trimestre 2008	A nova Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE-Rev. 3) no Inquérito ao Emprego Maria José Correia e Arminda Brites
2º trimestre 2008	Taxas de desemprego mensais – Estimativas para Portugal Sónia Torres
3º trimestre 2008	As horas trabalhadas em Portugal – Análise de 1998 a 2007 Sónia Torres
4º trimestre 2008	O emprego de pessoas com deficiência – uma breve análise do módulo <i>ad hoc</i> de 2002 Francisco Lima e José Francisco António
1º trimestre 2009	Transição do trabalho para a reforma – Módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2006 Sónia Torres
2º trimestre 2009	Os Indicadores Estruturais e o Inquérito ao Emprego Sónia Torres